



Número: **0800244-96.2017.8.15.0941**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Água Branca**

Última distribuição : **23/06/2017**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA (AUTOR)		PAULO CESAR COSTA DIAS (ADVOGADO) MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQUE (PROCURADOR)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8408559	23/06/2017 09:08	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8408562	23/06/2017 09:08	<a href="#">1 PROCURAÇÃO</a>	Procuração
8408563	23/06/2017 09:08	<a href="#">2 QUALIFICACAO CIVIL</a>	Documento de Identificação
8408564	23/06/2017 09:08	<a href="#">3 QUALIFICACAO CIVIL PROCURADORA</a>	Documento de Identificação
8408571	23/06/2017 09:08	<a href="#">4 COMPROVANTE DE RESIDENCIA</a>	Outros Documentos
8408574	23/06/2017 09:08	<a href="#">5 BOLETIM DE OCORRENCIA E DOC DO VEICULO</a>	Documento de Comprovação
8408575	23/06/2017 09:08	<a href="#">6 PRONTUARIO MEDICO</a>	Documento de Comprovação
8408578	23/06/2017 09:08	<a href="#">7 PRONTUARIO MEDICO 1</a>	Documento de Comprovação
8408581	23/06/2017 09:08	<a href="#">8 PRONTUARIO MEDICO 2</a>	Documento de Comprovação
8408584	23/06/2017 09:08	<a href="#">9 EXTRATO DE PAGAMENTO</a>	Documento de Comprovação
8408586	23/06/2017 09:08	<a href="#">DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA</a>	Documento de Comprovação
8408592	23/06/2017 09:08	<a href="#">DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA 1</a>	Documento de Comprovação
10538663	01/11/2017 00:21	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
15161227	04/07/2018 13:34	<a href="#">Sec Saúde</a>	Ofício
15934714	14/08/2018 14:52	<a href="#">Juntada oficio</a>	Certidão
15934734	14/08/2018 14:52	<a href="#">Recido do oficio 350</a>	Ofício
15934754	14/08/2018 14:52	<a href="#">Oficio 49 SecSaúde</a>	Ofício

16582 826	22/10/2018 21:36	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
19579 331	01/03/2019 16:54	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
20065 544	26/03/2019 12:54	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
20065 583	26/03/2019 12:54	<a href="#">244</a>	Devolução de Mandado
20132 970	28/03/2019 11:46	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
20132 986	28/03/2019 11:46	<a href="#">0800244-96.2017</a>	Ofício
22048 575	17/06/2019 09:44	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
23536 471	15/08/2019 09:57	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
23537 475	15/08/2019 09:57	<a href="#">0800244-96.2017.815.0941</a>	Ofício
23281 221	17/08/2019 21:13	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25262 273	14/10/2019 10:08	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
25272 428	16/10/2019 21:58	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25983 292	06/11/2019 16:40	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
25983 603	06/11/2019 16:40	<a href="#">2662998_CONTESTACAO_03</a>	Outros Documentos
25983 608	06/11/2019 16:40	<a href="#">2662998_CONTESTACAO_Anexo_02</a>	Outros Documentos
25983 617	06/11/2019 16:40	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Procuração
26054 052	08/11/2019 11:36	<a href="#">Petição</a>	Petição
26054 055	08/11/2019 11:36	<a href="#">2662998_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01</a>	Outros Documentos
26814 483	05/12/2019 13:48	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição de habilitação nos autos
26814 485	05/12/2019 13:48	<a href="#">PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2016</a>	Procuração
26814 486	05/12/2019 13:48	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</a>	Substabelecimento
28376 469	05/03/2020 01:05	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
29515 746	30/03/2020 14:39	<a href="#">Petição</a>	Petição
29515 747	30/03/2020 14:39	<a href="#">2662998_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
29516 103	30/03/2020 14:39	<a href="#">2662998_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Outros Documentos
35687 864	04/11/2020 10:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
36384 695	08/11/2020 15:18	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
36656 425	14/11/2020 08:43	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
36656 426	14/11/2020 08:43	<a href="#">244-96</a>	Devolução de Mandado
36964 082	23/11/2020 11:35	<a href="#">Petição</a>	Petição
36964 084	23/11/2020 11:35	<a href="#">2662998_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Outros Documentos
37421 720	03/12/2020 11:46	<a href="#">Petição</a>	Petição
37421 724	03/12/2020 11:46	<a href="#">2662998_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_03</a>	Outros Documentos
37421 727	03/12/2020 11:46	<a href="#">2662998_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos

37421 728	03/12/2020 11:46	<a href="#">2662998_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_03</a>	Outros Documentos
37645 190	09/12/2020 17:30	<a href="#">LAUDO PERICIAL</a>	Petição (3º Interessado)
37645 192	09/12/2020 17:30	<a href="#">EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA</a>	Documento de Comprovação
37645 197	09/12/2020 17:31	<a href="#">SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS MÉDICOS PERICIAIS</a>	Petição (3º Interessado)
38309 990	12/01/2021 09:10	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
38309 991	12/01/2021 09:10	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA AGUA BRANCA- PARAIBA.

**EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do documento de RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora a **MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA**, brasileira, portador(a) do documento RG de nº 229176 e CPF de nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, cidade de Agua Branca, CEP 58748-000, Estado da Paraíba, por seu advogado *in fine* assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº. 11.482/07 c/c o art. 319 do NCPC/2015, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na RUA SENADOR DANTAS Nº 74, 5ºANDAR - CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ, CEP. 20031205- Fone: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, com endereço eletrônico [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), devendo ser regularmente citada para responder aos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

**PRELIMINARMENTE:**

-

**DA GRATUIDADE PROCESSUAL:**

O(a) promovente em face da impossibilidade de arcar com custas e gastos processuais vem requerer a **CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA.**





Determina a lei nº 1.060/50, que fará jus ao referido benefício àquele que não possuir condições financeiras suficientes para arcar com os gastos inerentes ao processo sem causar prejuízos ao seu sustento e da sua família.

Os custos e as demais despesas processuais latentes ao processo não podem ser suportados pelo promovente, sem, contudo, causar-lhe prejuízos e dificuldades na sua manutenção e sobrevivência.

A lei nº 1.060/50 é considerada medida especial, criada com o derradeiro fim de possibilitar que todos possam ter acesso efetivo ao Poder Judiciário, efetivando o comando constitucional descrito no artigo no artigo 5º, XXXV da Carta Magna.

Outrossim, tal ato normativo condiciona a concessão do respectivo benefício a simples Declaração subscrita pelo próprio beneficiário da impossibilidade de suportar o acúmulo das despesas processuais com aquelas despendidas em seu sustento.

Por isso, requer o autor, que seja concedido o pedido de **JUSTIÇA GRATUITA**, uma vez que carece de recursos que possibilitem cumular os gastos processuais com o seu sustento, como declarado no documento em anexo.

### **DOS FATOS**

-

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **13/12/2015**, o que lhe causou, **PERDA ANATOMICA E FUNCIONAL COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS MEMBROS INFERIORES, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob o nº **3170165116**, obtendo pagamento parcial no valor de **R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** restando à parte autora o direito da diferença de **R\$ 11.812,50 (Onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.



Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois esta documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão. Outrossim, **o pagamento administrativo vale confissão tácita dos fatos e do direito** do requerente face ao Seguro, relevante assim o **nexo causal do conflito**.

-

-

-

### **DO DIREITO**

-

### **DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT**

-

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - em caso de morte ou invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#).*

*(...)*

*Art.. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)*

*§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:*

*a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;*



*b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.*

*§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.*

*§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.*

*§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora (...)*

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e as sequelas oriundas deste, faz jus a parte autora** ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

-

#### **DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA**

-

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei 6.194/74 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 320 CPC devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

#### **DA LEGITIMIDADE PASSIVA QUE PERMEIA A EMPRESA-RÉ:**



-

Conforme determina a lei nº 6.194/74 com as suas modificações dadas pela nova Lei nº. 11.482/07, o pagamento do DPVAT poderá ser efetuado junto a quaisquer umas das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras, coordenada pela FENASEG, instituída pela Resolução 1/75 do CNPS.

Desse modo tem-se que a promovida figura neste rol de empresas, e assim possui legitimidade para figurar no rol de devedoras. Outro não é o entendimento exarado por nossos Tribunais, *in verbis*:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE AUTOMÓVEIS – DPVAT – As seguradoras privadas, integrantes do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e revigorado pela Lei nº 8.441/92, são responsáveis não só pelas indenizações por morte e invalidez permanente, como pelas despesas médico-hospitalares em caso de ferimento das vítimas, não estando desobrigadas de indenização nesses casos por efeito dos artigos 7º e 27 das Leis nºs. 7.604/87 e 8.212/91, respectivamente.**

*A destinação à seguridade social por efeito dessas leis, parte dos prêmios dos seguros obrigatórios, tem em vista apenas o custeio da assistência médico-hospitalar em estabelecimentos mantidos ou conveniados com a previdência social, dispensada esta, assim, do ônus de cobrar-se de tais despesas caso a caso das seguradoras, cobertos que são seus dispêndios da espécie com a aludida participação de uma parcela dos prêmios.*

*Direito do segurado ou seu sub-rogado de cobrar-se de tais gastos de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio. Falta de impugnação específica dos custos de cada atendimento, torna-os presumidamente corretos (CPC, art. 302) Apelo desprovido. (TJSC – AC 47.951 – 4º C. Civil – Rel. Des. João José Schaefer – DJSC 05.04.95) IN: CD-Ron júris síntese. – Destaque nosso -*

Ademais, veja-se o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA. FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVÂNCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso trona-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01) – Destaque nosso –**

Ocorre que, as seguradoras exploradoras do seguro DPVAT, embora a existência de todo o amplo acervo de determinações constantes em lei, tendem a dificultar o pagamento e o resgate dos referidos valores, ao passo que o direito líquido e certo dos segurados encontram barreiras mantidas pela ampla estrutura e logística que envolvem tais empresas.



Pois bem, Excelência, a Promovente junta a presente demanda, toda a documentação exigida pela nossa legislação processual e demais documentos que comprovam a ocorrência do sinistro e sua posição legítima na relação, entretanto adstrito a facilidade que dispõe a lei procura a parte ré dificultar o pagamento e o adimplemento do seu dever de órgão segurador.

Assim, a liquidação do dito Seguro Obrigatório nas vias administrativas, referente ao exercício do acidente, tendem a ser procrastinado através do uso de invólucros e regras que afastam o sentido garantidor e célere presente na *legis*, restando o Poder Judiciário como único meio para a reivindicação e o adimplemento dos ditos valores possam efetivamente serem realizados.

Por tudo isso, vem o promovente, a este Douto Juízo a fim de ver adimplido o seu pleito, demonstrando ser pessoa legítima a figurar na relação que aqui se inicia, além de igualmente comprovar ser a parte ré, legítima devedora, de modo que todos os elementos que vislumbram a quitação do Seguro DPVAT, restaram todos comprovados restando assim o seu adimplemento como medida que se mostra legítima e extremamente necessária.

### **DOS PEDIDOS**

-

**EX POSITIS**, requer a total procedência da presente ação para condenar a empresa demandada no pagamento da **R\$ 11.812,50 (Onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, remanescente à título de Seguro Obrigatório-DPVAT, compreendendo o teto legalmente estabelecido, haja vista não serem proporcionais à invalidez resultante do sinistro.

Requer também, caso julgue necessário, a designação da perícia médica para a fim de investigar a existência da invalidez permanente, bem como, a gravidade da lesão sofrida pela autora em cotejo com a tabela constante no anexo incluído pela Lei nº. 11.945/2009.

Que seja apresentado por parte da Seguradora demandada, cópia integral do processo administrativo na íntegra, sob pena de cominação de multa diária.



E, ainda, a aplicação de juros e correção monetária, a partir do evento danoso, ou seja, **13/12/2015**, bem como, a condenação da demandada no pagamento dos honorários advocatícios na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da esperada condenação.

\

### **REQUERIMENTOS FINAIS**

A parte autora requer que lhe sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça, diante da sua manifesta insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais, os honorários advocatícios e periciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, motivo pelo qual tais despesas merecem ser dispensadas nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC (Lei nº. 13.105/2015) e da Lei nº. 1.060/50.

Por mera liberalidade, o(a) autor(a) opta pela realização da audiência de conciliação ou de mediação, não se opondo à composição amigável da presente lide, nos termos do art. 319, inc. "VII" do NCPC, requerendo desde já a citação da empresa ré para comparecer na data e hora designadas e, não havendo auto composição, apresente sua contestação no prazo legalmente determinado sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e necessários, notadamente, através de novos documentos, além do depoimento pessoal das partes, perícia técnica e outros mais que vierem a surgir e que, desde já, ficam requeridos.

**Dá-se à causa o R\$ 11.812,50 (Onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).**

Nestes Termos,

Pede deferimento.



Patos – PB, 19/05/2017.

PAULO CESAR COSTA DIAS

OAB/PB 22.523

**QUESITOS DA PARTE AUTORA:**

A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?

Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?

Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?

Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?

Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?

A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?

Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.





Leandro & Dias  
Advogados

## PROCURAÇÃO “AD JUDICIA” E “ET EXTRA”

**OUTORGATE:** **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do documento de RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora a **MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA**, brasileira, portador(a) do documento RG de nº 229176 e CPF de nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, cidade de Agua Branca, CEP 58748-000, Estado da Paraíba.

**OUTORGADO:** Paulo Cesar Costa Dias, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados sob nº 22.523-B, Paraíba, inscrito no CPF nº 011.671.211-85, com Escritório Profissional na Rua das Orquídeas, nº 274, Jardim Magnólia, Patos/PB, CEP: 58705-570.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, conforme estabelecido no artigo 105 do Novo Código de Processo Civil

Patos - Paraíba, 05 de maio 2017.

*Maria das Graças Soares da Silva Henriques*







Leandro & Dias  
Advogados

## DECLARAÇÃO

**DECLARANTE; EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do documento de RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora a **MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA**, brasileira, portador(a) do documento RG de nº 229176 e CPF de nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, cidade de Agua Branca, CEP 58748-000, Estado da Paraíba.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA:** Declaro nos termos da Lei nº. 7.115/83, perante este órgão judiciário, para o fim especial de obter a **GRATUIDADE DOS ATOS JUDICIAIS**, ser pessoa juridicamente pobre nos termos do § 4º do artigo 5º da lei nº 1.060/50, não podendo arcar com as despesas e encargos processuais sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, em oportuno, assumo a responsabilidade por minhas afirmações tanto de pobreza como de residência, sujeitando-me às sanções civis e criminais previstas na legislação vigente em caso de falsidade do conteúdo desta declaração

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA:** Declaro com base na Lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 que resido no endereço acima identificado. Declaro ainda ser conhecedor das sanções cíveis, administrativas e criminais a que estarei sujeito caso as informações prestadas não sejam estritamente a verdade

Patos - Paraíba, 05 de maio 2017.

*Maria das Graças Soares da Silva*



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RESERVA GERAL 4.402,592

DATA DE EXPIRAÇÃO 25/09/2015

NOME EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA

RELACAO MOACIR ALVES DE SOUZA

MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA

HENRIQUE

NATURALIDADE TABIRA-PB

DOC ORIGEM

MASC. N. 19623 FLS. 244 LIV. A-17

CARTORIO TABIRA PE

712.170.934-19

DATA DE NASCIMENTO 20/05/2001

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-917

Carteira de Identidade

Everton Guilherme Soares de Souza

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
044.667.534-23

Nome  
MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA  
HENRIQUE  
Nascimento  
05/10/1973

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-239

*Maria das Graças - da Silva Henrique*

ASSISTENTE SOCIAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
SERIAL  
2.291.678 - 2ª VIA

DATA DE  
EXPIRAÇÃO  
04/02/2016

NOME  
MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

RELACÃO  
ERNADE SOARES DA SILVA  
CARMELO DE FREITAS OLIVEIRA

NATURALIDADE  
ÁGUA BRANCA-PB

DCC ORIGEM  
CERT. CAS. Nº 9981 - LIVRA 12 - FLS. 182 V - CARTÓRIO PRINCESA  
CRISABEL

DATA DE NASCIMENTO  
05/10/1973

044.667.534-23

Assinatura: *[Assinatura]*

29/03/03

B+

CLAUDIMIR PEREIRA DA SILVA  
RUA JOSE FERREIRA MORENO, S/N - (BARRIO VERMELHO)  
AQUA BRANCA/PI CEP: 56740000 (AG: 105)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO  
Roteiro: 12 - 178 - 800 - 2562 Referência: Out / 2015  
IP medidor: 00000182865 Emissão: 22/10/2015

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
R-230, Km 25 - Costa Rica - Jandaia Nova/PR - CEP 55071-400  
CNPJ 09.095.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.942.407  
Código para Débito Automático: 0008773263

Atendimento ao Cliente: ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

0022 0003 aa48 0478 6778 7208 8850 de30

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/377336-3

Out / 2015

Canal de contato

Apresentação

- Produção do valor da bandeira vermelha em 10%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Normativa ANEEL 1.949/2015, vigente a partir de 01/08/2015.

22/10/2015

Data prevista da próxima leitura

20/11/2015

CNPJ/CNPIS/RANI  
4137026456

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Consumo	Dias
Data	Leitura	Constante	
22/09/15	12041	12088	1
23/01/2015	28,19	45	30

Faturas em atraso

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	45	0,41817	18,81
Adic. B. Vermelha			2,02
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIB			0,21
COFINS			0,97
CONTRIB. ILM. PÚBLICA			0,90
ICMS (ISENTO)			

Histórico de Consumo  
(kWh)

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS  
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR-DMC 08/2015

Set/15	85
Ago/15	48
Jul/15	40
Jun/15	42
Mai/15	54
Abr/15	88
Mar/15	26
Fev/15	0
Jan/15	58
Dez/14	0
Nov/14	48
Out/14	0

Média dos últimos meses  
38 kWh

VENCIMENTO  
29/10/2015

TOTAL A PAGAR  
R\$ 28,89

Indicadores de Qualidade

2015 - Tabela

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DC MENSAL	4,75	NOMINAL
DC TRIMESTRAL		720
DC ANUAL		
PC MENSAL	1,00	CONTRATADA
PC TRIMESTRAL		201
PC ANUAL		
DMC	4,75	LIMITE SUPERIOR
DMC		231

Distribuição	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia	8,88	24,07
Custo de Energia	11,13	38,50
Serviço de Transmissão	0,94	1,97
Encargos Sociais	2,20	7,61
Impostos, Devidos e Encargos	8,00	27,85
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	28,81	100,00

Valor do encargo de Uso do Sistema de Distribuição  
(R\$ 0,08) (R\$ 0,02)

ATENÇÃO

- AVISO: Permanecendo em atraso os "DEBITOS ANTERIORES", já reavaliados, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.  
Resolução Tarifária - Vigência 2008/15 - Res. ANEEL nº 1.938 - Última Tensão 11,47% Média  
Resolução Tarifária - Vigência 2009/15 - Res. ANEEL nº 1.938 - Última Tensão 11,47% Média







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
16ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE JURU/PB

BOLETIM DE OCORRENCIA

INQUÉRITO POLICIAL: NAO

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o registro nº 011/2016, cujo teor passa a transcrever na íntegra. Aos 02 dias do mês FEVEREIRO de 2016, nesta Delegacia de Polícia, onde se encontrava presente o Del. EDMILSON DOS SANTOS AIRES NETO, por volta das 11h00min, compareceu, devidamente representado por sua genitora MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA, o senhor: **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, RG 4.402.592 SSP/PB, CPF 712.170.934-19, filho de Moacir Alves de Souza e de Maria das Graças Soares da Silva Henrique, residente na Rua Jose Ferreira Moreno, s/n, Jose Benone, Agua Branca/PB. **NOTIFICANDO QUE:** no dia 13 de dezembro de 2015, por volta das 17:00h, o declarante estava na garupa de uma moto guiada por LAUDECI TAVARES SANTOS, RG 2.612.926 SSP/PB, residente em Agua Branca/PB, momento em que o piloto, ao desviar de um cachorro, perdeu o controle da moto, tendo o garupa da moto, Everton, caído em cima de uma pedra e fraturado sua perna; **QUE** a motocicleta em que o declarante estava era uma moto CG Honda NXR 150 Bros ES, placa NPG 2560, ano 2013, RENAVAM 00989395928, ano 2008/2008, preta; **QUE NÃO DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA O AUTOR DO FATO.** Era o que continha o teor da presente ocorrência. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).**

NOTIFICANTE: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA

GENITORA: MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

Água Branca/PB, 02 de fevereiro de 2016.

  
Edmilson dos Santos Aires Neto  
Delegado de Polícia  
Mat. 168.482-5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - MS Nº 010723974818  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. RENAVAM RNTIC EXERCÍCIO  
1 0098939392B XXXXXX 2013

NOME  
LAUDECI TAVARES SANTOS

ORÇAMENTO  
09230566454

PLACA  
NP62560

PLACA ANT./UF  
NP62560/MT

CHASSI  
9C2KDC3308R076000

ESPÉCIE TIPO  
PAS/MOTOCICLO/

COMBUSTÍVEL  
GASOLINA

MARCA/MODELO  
HONDA/NXR150 BROS ES

ANO FAB. ANO MOD.  
2008 2008

CAPACIDADE  
2P/149CC

CATEGORIA  
PARTIC

COR PREDOMINANTE  
PRETA

COTA ÚNICA  
QUITADO

VENC. COTA ÚNICA  
QUITADO

VENC./COTAS  
1º QUITADO

PAGA I.P.T.A.

PARCELAMENTO/COTAS

2º QUITADO

3º QUITADO

MOTOR 1 KD03E3B076000

DATA DE PAGAMENTO  
PAGO

OBSERVAÇÕES  
<SEM RES. DE DOMÍNIO>

CAMP. GRANDE-MS

DATA  
29/11/13







HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUÍ CARNEIRO  
RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuário: 56908

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Data/Hora 13/12/2015 22:54:05

Servidor do Dr.:

Paciente: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA

Idade: 14 Sexo M

Filiação:

Pai: MOACIR ALVES DE SOUZA

Mãe: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA

Endereço:

Cidade: AGUA BRANCA - PB - 58748-000 - 2500106

Endereço: JOSE FERREIRA MORENO

Bairro: JOSE BENONE

N.: SN

Naturalidade: TABIRA - PE

Fone: (83)99837-7361

Documentos:

CNS: 707-1073-0102-8920

Identidade: 4402592 SSPPB

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais:

Nascimento: 20/6/2001

Cor: PARDA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: ESTUDANTE

Responsável:

*Maria das Gracas Soares da Silva*

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*paciente sofreu acidente de moto c/ fratura na costela 8ª.*

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

*Dr + exame + defensores num  
nosso hospital.*

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico:

*Fratura fêmur*

*Dr. J. de Souza*  
ORTOPEDISTA

Motivo da Alta:

Resultado: ( ) Satis Curado ( ) Melhorado ( ) Falecido ( ) Transferido Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recepcionista: APARECIDA





GOVERNO DA PARAÍBA  
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"

*LAUDO ORTOPÉDICO*

*Atendi Exatim Guilher  
foam de fraco q  
Fratura o fêmur  
e q ao cair de  
moto, em 13.12.15  
e fose sua tica  
com o fratur  
cinturadas*

*Cez, 02.12.16*

Stênio ~~Costa~~ W. Araújo  
CRM 223145  
ORÇAMENTO: 2017 004 07710000

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte  
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.





### DECLARAÇÃO

O Menor Everton G. Soares de Sousa, 14 anos deu entrada nessa unidade hospitalar no dia 11 de Dezembro de 2015 às 18:20 referindo ser vítima de acidente de moto apresentando corte-contuso em supercílio esquerdo e deformidade em coxa esquerda, foi avaliado por o médico Dr Gilson Brito plantonista do hospital após ter realizado todos os procedimentos foi encaminhado para o Hospital Regional de Patos. Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

  
Diretora Administrativa  
CNPJ nº 377397

**MICHELLY ALVES BARROS**

Diretora do Hospital Quitéria Maria de Oliveira

[www.aguabranca.pb.gov.br](http://www.aguabranca.pb.gov.br)

Rua José Pedro Firmino, S/N – Centro – 58.748-000 – Água Branca PB  
Fone: 83-3481-1339





ÁGUA BRANCA PE  
GOVERNO MUNICIPAL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
SUS  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

PACIENTE  
NOME: **EVERTON C. SOARES DE SAUSA**  
SEXO: **M** DT NASCIMENTO: **20/05/01** IDADE: **14** RG:  
PROFISSÃO: **ESTUDANTE** CPF:  
ENDEREÇO: **AV. BRANCA**  
CIDADE: **Água Branca** UF: **PE** CNS: **707 1073 0107 8920**

RAÇA / COR  
11 - BRANCA 12 - PRETA 13 - PARD  
14 - AMARELA 16 - INDÍGENA 17 - SEM INFORMAÇÃO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)  
Paciente vítima de queda de altura, apresentando ferimentos contusos em membros superiores, aparentemente ferimentos de profundidade em uma perna.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)  
RESULTADOS

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO - UPS  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
Rua José Pedro Firmino, s/n - Centro, Água Branca - PE  
CNPJ: 2605430 CNPJ: 10.502.869/0001-98  
DT/ATENDIMENTO: **13/06/15** TURNO: **N** FOLHA

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS  
1. **Soluções e medicamentos**  
2. **Procedimentos**  
3.  
4.

CARÁTER DO ATENDIMENTO  
101 - ELETIVO  
102 - URGÊNCIA  
103 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
104 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
105 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRANSITO  
106 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

DIAGNÓSTICO  
**Lesão: Fratura de fêmur** CID-10  
MEDICAÇÃO  
1. **PRESCRITA**  
2. **APLICADA**  
ENCAMINHAMENTO  
1. **OBSERVAÇÃO**  
2. **INTERNO**  
3. **OUTROS**

SERVIÇOS REALIZADOS (CÓDIGO DO PROCEDIMENTO)  
1-  
2-  
3-

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S) - CARIMBO  
CNS CBO CRM

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL  
POLEGAR DIREITO  
**+ Maria de Fátima Sade**

ASSINATURA DO CHEFE DA UNIDADE - CARIMBO  
ASSINATURA DO REVISOR - CARIMBO



ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

BOLETIM DE ENCAMINHAMENTO

UNIDADE MÉDICA DE REFERÊNCIA: H.H. de Patos - PB

NOME: Everton L. Soares de Sousa

IDADE: 14 a

QUEIXAS: Paciente vítima de acidente de moto, apresentando ferimentos causados na base da espinha, relata dor na região lombar e nos membros inferiores.

EXAME FÍSICO: apresentando edema e dor na região lombar e nos membros inferiores.

EXAMES REALIZADOS:

Obtido: Teste por reflexos sem contato pelo Heliomar (83) 3421-2235 / 4534 / (83) 3423-1207 / Relato da ocorrência ocorrido no H.H. de Patos por ferimento na região lombar.

HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICO(S):

Trauma e fratura de fêmur esquerdo.

CONDUTA TERAPÊUTICA:

H.H., Pipirina.

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO:


Realização de ortopedia.

13/12/15 às 20:14

Dr. Paulo Cesar Costa Dias  
CRM: 17174 OAB/PB 2501  
CNPJ: 07.081.710/0001-01  
MIO E DO DIA





		ESTADO DA PARAIBA - SEC. ESTADIA DE SAÚDE	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
CNES	2668473	CNPJ	08.778.208/002376
NOME	HOSPITAL REGIONAL DE PATOS		
ENDEREÇO	RUA HORACIO NOBREGA S/N		
CIDADE	PATOS	ESTADO	PARAIBA
Atendimento ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)			
Paciente	EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA		
Mãe	MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA		
Nascimento	20/02/2001	Idade	14
Profissão	ESTUDANTE	Cor	PARUA
Endereço	JOSE FERREIRA MORENO		
Bairro	JOSE BENONI		
Cidade	AGUA BRANCA	UF	58748-000 - 2800100
CNPJ	702.8973-0102	Identidade	4402592 SSP/PB
CPF		Reg. Nasc.	APARECIDA
Data / Hora	13/12/2015 22:52:32	Recepção	106371
PESO	PA	TEMP	
ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)			
<p>paciente c / magro, m. 2015</p> <p>sem edemas + limfáticos presentes</p>			
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)			
RESULTADOS			

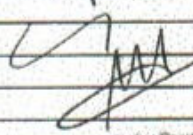




**PACIENTE:**

**LEITO:**

**REG.:**

DATA	HORA	
13/		<p>Parabéns admitido neste serviço e            receberemos sempre para tratamento            adequado.</p> <p>col: - instalação para transquiral            - solicito X-rama prop.</p> <p style="text-align: right;">               João de Souza              ORTOPEDISTA              Rua S. Bento           </p>
12/		
15		
21/2/15		<p style="text-align: center;"><u>Ortopedia</u></p> <p>Post. de S. Bento no laboratório. Fe            caso @ unip</p> <p>csi. Ats no ortopedico + ortopedico</p>







GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO  
PATOS - PARAÍBA

## REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME:	Orestes Guilherme S. de Souza		
DA CLÍNICA	medica	ENFERMARIA	NSC
A CLÍNICA	Oftalmia	LEITO	05
MOTIVO DA CONSULTA:	(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)		
Pele q em pos - op. de proteção de fêmur, digi colocada de traço, evolui com muita dor ocular que não aliviau c/ uso de dipirona etilica			
14.12.15	DATA		
Assinatura do Médico Consultante			

PARECER:

Pele q em pos - op. de proteção de fêmur, digi colocada de traço, evolui com muita dor ocular que não aliviau c/ uso de dipirona etilica

do exame  
Av se 20/20 to  
no 3/alt  
est direito

15 12 15

Valério  
5944 PB


DATA

ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA





**NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL**

PACIENTE <b>OVERTON Guilherme Soares de Souza</b>					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDURY CARNEIRO
QT.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
		<b>SUS</b>	<b>14</b>	<b>56908</b>	
CIRURGO		CIRURGIÃO			
<b>Dr. Curing. hist. femur @</b>		<b>Dr. Wlaerson</b>			
ANESTESISTA		ANESTESISTA			
<b>Dr. Lourivalde</b>		<b>Dr. Lourivalde</b>			
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM	
		<b>18.12.15</b>	<b>12:00</b>		

**MATERIAL**

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ soro e sangue
<b>M</b>	<b>TX. Capnógrafo SF 997</b>		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	<b>X</b>	Luvras Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue	1	Lâmina de Bisturi
	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
<b>M</b>	<b>TX. Seta Escala RPI</b>	1	Seringa 5 ml
<b>X</b>	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
<b>X</b>	TX. Aspirador Elétrico	1	Seringa 20 ml
	TX. Oxímetro de Pulso	<b>X</b>	Eletrodos desc.
1	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano	<b>M</b>	Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutal		Atadura Gessada 10cm
1	<b>Quesetom HIDROCORTISONA SOD</b>		Sonda Uretral
1	<b>Pevision FENECAN</b>		Sonda Nasogástrica
1	Dominid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilostesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaina a 2%		Esparradrapo
	Etodimideate		Xilocaina Gel
	Ketalar		Álcool 70%
1	Publicovaina 0,5%		PVPi Tintura
	Dimorf		Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
<b>M</b>	<b>Neocain e fepzotema 1,62</b>		Algodão Ortopédico
	Forano		Cidex
	Sufenta		Vasolina Estéril
	Diazepan		Agulha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmire		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
	Cefalotina 19g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
1	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Espanin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
<b>M</b>	Tidati		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
1	Agulha de Rague Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Albocate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		





SUS

Sistema Ministério  
Único de da Saúde  
SaúdeLAUDC PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE  
INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO

2 - CNES

2605473

Identificação do Paciente

3 - NOME DO PACIENTE

EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA

4 - PRONTUÁRIO

56908

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

TC7-073-0102-8920

6 - DATA DE NASCIMENTO

20/6/2001

7 - SEXO

M

8 - RACA / COR

PARDA

9 - NOME DA MÃE

MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA

10 - TELEFONE

(83)99837-7361

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

MOACIR ALVES DE SOUZA

12 - ENDEREÇO

JOSE FERREIRA MORENO

N. SN

JOSE BENONE

13 - BAIRRO

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA - 15 UF - 16 CEP - 17 Cód. IBGE

AGUA BRANCA - PB - 58748-000 - 2500106

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Acuidade mental, hemodinâmica estável, não há  
signos de desidratação + dependência + neurológico  
normal.

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Pré-eclâmpsia

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exame ultrassonográfico

21 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Pré-eclâmpsia

22 - CID-10 PRINC

23 - CID-10 SEC

24 - CID-10 CAUSAS ASSOC

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Parto normal

26 - COD PROCEDIMENTO

27 - CLÍNICA

28 - CARÁTER INTERNAÇÃO

29 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

30 - CNS/CPF - PROFISSIONAL SOLIC. / ASSISTENTE

31 - NOME PROFISSIONAL SOLIC. ASSISTENTE

32 - DATA SOLIC

33 - ASSINATURA CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 - ACIDENTE TRÂNSITO

37 - CNPJ SEGURADORA

38 - Nº BILHETE

39 - SERIE

35 - ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

40 - CNPJ EMPRESA

41 - CNAE EMPRESA

42 - CBOR

36 - ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURO

## AUTORIZAÇÃO

44 - NOME PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

50 - Nº AUTORIZAÇÃO INTERN. HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

47 - Nº DOCUMENTO (CPF/CNPJ) PROFISSIONAL

48 - DATA AUTORIZAÇÃO

49 - ASS. CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)







GOVERNO DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO

SECRETARIA DE SAÚDE

Hospital		Enfermaria	Leito	Nº Prontuário	
Nome: <u>Exartora Guilhermina Z. Souza</u>		Idade: <u>74</u>	Sexo: <u>M</u>	Cor: <u>Pau</u>	
Data: <u>10/12/17</u>	Pressão Arterial: <u>Pulso</u>	Respiração	Temperatura	Peso	Altura
Tipo Sanguíneo	Hemácias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia
Urina		Outros			
Ap. Respiratório	<u>al</u>	Asterma		Bronquite	
Ap. Circulatório	<u>al</u>	Eletrocardiograma			
Ap. Digestivo	<u>al</u>	Dentes	Pescoço	Ap. Urinário	
Estado Mental	Ataxias		Corticóides	Alergia	Hipotermias
Diagnóstico Pré-Operatório	<u>Fratura de fêmur</u>		Estado Físico	Risco	
Anestesia Anterior					
Medicação Pré-Anestésica		Aplicada ao	Efeito		
Agente Anestésico	62				
Leito	<u>200</u>				
CÓDIGO	260				
PM ATENDIMENTO - RESERVAÇÃO	240				
12-ANESTESIA-OPERAÇÃO	220				
	200				
	180				
	160				
	140				
	120				
	100				
	80				
	60				
	40				
	20				
Símbolos e Anotações					
Posição	<u>Deolante 40mg + Dexamet 10mg</u>				
Aplicação	<u>Neurolept + Dexamet + Epi + Fentanyl + Dexamet 10mg + D/</u>				
Técnica	<u>Regime</u>				
Operação	<u>Pro. Cuneiforme fêmur</u>				
Cirurgião	<u>Dr. Wenceslau</u>				
Anestesiologista	<u>Dr. Guilherme S. S. S.</u>				
Observações	<u>al. J. IP. M. M. / L. S.</u>				
Anotar no verso, as complicações Pré-operatórias e Pós-operatórias					



**SINISTRO 3170165116 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA  
**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO** MD ASSESSORIA SEGURO DPVAT  
**BENEFICIÁRIO** EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA

**CPF/CNPJ:** 04466753423

**Posição em 19-04-2017 08:39:13**

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 1.687,50

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacáo	Juros e Correção	Valor Total
20/04/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

**\*DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA\***

EU, EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, estudante, portador do documento de RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora a MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA, brasileira, portador(a) do documento RG de nº 229176 e CPF de nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, cidade de Agua Branca, CEP 58748-000, Estado da Paraíba. Declaro ser isento de imposto de renda pessoa física junto a Receita Federal do Brasil pelo motivo de que nos anos anteriores não obtive, rendimentos provindo de trabalho assalariado suficiente para declarar o IRPF, nestes anos não me enquadro nos casos que obrigam a entrega DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA.

Declaro ainda que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Declaro ser verdade todo exposto acima.

Patos-PB, 15 de JUNHO de 2017.

*Maria das Graças Soares da Silva*



**\*DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA\***

EU, EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, estudante, portador do documento de RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora a MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA, brasileira, portador(a) do documento RG de nº 229176 e CPF de nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, cidade de Agua Branca, CEP 58748-000, Estado da Paraíba. Declaro ser isento de imposto de renda pessoa física junto a Receita Federal do Brasil pelo motivo de que nos anos anteriores não obtive, rendimentos provindo de trabalho assalariado suficiente para declarar o IRPF, nestes anos não me enquadro nos casos que obrigam a entrega DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA.

Declaro ainda que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Declaro ser verdade todo exposto acima.

Patos-PB, 15 de JUNHO de 2017.

*Maria das Graças Soares da Silva*





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**COMARCA DE ÁGUA BRANCA-PB**

**VARA ÚNICA**

**DESPACHO**

A atividade probatória deverá recair sobre a existência ou não de invalidez permanente sofrida pelo autor e o seu grau. Para tanto, verifica-se a necessidade de realização de perícia judicial na parte autora, de modo a subsidiar suficientemente a resolução da demanda.

Nesse contexto, oficie-se ao HOSPITAL do Município, solicitando a realização de perícia médica (exame DPVAT) na autora, devendo os peritos responderem aos quesitos formulados pelas partes, as quais devem ser intimadas a apresentarem. O laudo deve ser confeccionado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da realização do exame.

Ainda no ofício, solicite-se para que o respectivo Hospital informe a data do exame com, ao menos, uma antecedência de 30 (trinta) dias, para possibilitar a intimação das partes e eventual nomeação de assistente técnico para acompanhamento da perícia (art. 465, CPC).

Com a designação da data, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃO, intime-se o autor para comparecimento ao local informado e o réu para ter ciência do local e data da perícia.

Com a chegada do laudo, intemem-se as partes, sucessivamente, para sobre ele se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias.

CUMPRIDAS TODAS AS DETERMINAÇÕES ACIMA, voltem-me os autos conclusos.

Água Branca/PB, 31 de outubro de 2017.

**PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS**

Juiz de Direito Substituto





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100 - CEP 58.748-000

Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205

**Ofício Nº 350/2018-EAAM Água Branca - PB, 04 de julho de 2018**

**Processo nº 08000244-96.2017.815.0941**

Senhor Secretário,

Através do presente e de ordem do MM. Juiz de Direito (em substituição) desta Comarca - Dr. Pedro Davi Alves de Vasconcelos – solicito que seja designado profissional da área médica para realizar exame pericial no menor EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, estudante, RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA, RG nº 229176 e CPF nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, Água Branca, com a finalidade de instruir o processo citado, atendendo aos quesitos apresentados (em anexo).

Solicito, ainda, tão logo seja indicado o profissional e designada a data de exame, entrar em contato com este Juízo - com antecedência mínima de 30 (trinta) dias - para que possam ser devidamente intimadas as partes.

Por fim, o laudo deve ser confeccionado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da realização do exame.



Atenciosamente,

Emiliano Araújo Abel de Medeiros

Analista Judiciário

AO SR. SECRETÁRIO DE SAÚDE

ÁGUA BRANCA – PB

ANEXO: QUESITOS DA PARTE AUTORA

A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?

Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?

Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?

Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?

Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?

A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?

Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA

CERTIDÃO – JUNTADA DOCUMENTO

Certifico que, nesta data, juntei o recibo do ofício 350/2018 e respectiva resposta. Dou fé.

Água Branca - PB, 14 de agosto de 2018

Emiliano Araújo Abel de Medeiros  
Analista Judiciário







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves.  
Rua José Firmino de Oliveira, nº 100 - CEP 58.748-000  
Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205

Ofício Nº 350/2018-EAAM

Água Branca - PB, 04 de julho de 2018

Processo nº 08 000 244-96.2017.815.0941


Senhor Secretário,

Através do presente e de ordem do MM. Juiz de Direito (em substituição) desta Comarca - Dr. Pedro Davi Alves de Vasconcelos - solicito que seja designado profissional da área médica para realizar exame pericial no menor EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, estudante; RG 4402592 e CPF 712.170.934-19, menor de idade assistido por sua genitora MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA, RG nº 229 176 e CPF nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro Vermelho, Água Branca, com a finalidade de instruir o processo citado, atendendo aos quesitos apresentados (em anexo).

Solicito, ainda, tão logo seja indicado o profissional e designada a data de exame, entrar em contato com este Juízo - com antecedência mínima de 30 (trinta) dias - para que possam ser devidamente intimadas as partes.

Por fim, o laudo deve ser confeccionado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da realização do exame.

Atenciosamente,

  
Emiliano Araújo Abel de Medeiros  
Analista Judiciário

AO SR. SECRETÁRIO DE SAÚDE  
ÁGUA BRANCA - PB

*Ilma do Carmo Firmino*  
*Recebido 05/07/2018*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



OFÍCIO Nº 49/2018

SMS/PMAB

Água Branca 26 de julho de 2018

**Assunto:** RESPOSTA AO OFÍCIO 350/2018 -EAAM

**PROCESSO:** 0 800 244-96.2017.815.0941

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
Fórum Conselheiro Luiz Nunes

26, 7 2018

Analista Técnico Judiciário

Ao Sr. Analista jurídico Emiliano Araújo Abel de Medeiros

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente instrumento para encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, para os devidos fins, a resposta do ofício nº 350/2018 -EAAM, do Sr. **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, RG nº 4 402 592 e CPF nº 712. 170. 934-19, menor de idade assistido por sua genitora **MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA**, RG nº 229 176 e CPF nº 044.667.534-23, residente e domiciliada na rua José Ferreira Moreno, S/N, Bairro vermelho, Água Branca-PB, referente ao Processo: ~~0 800 239 74.2017.815.0941~~.

244-96.2017

Sem mais, aproveito o momento para reiterar a Vossa Excelência, votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

IVANDLA FIRMINO BATISTA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Ao Senhor  
**Emiliano Araújo Abel de Medeiros**  
Analista Judiciário

Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ: 10.502.869/0001-98 - Rua José Pedro Firmino, Nº 14, Centro, Água Branca-PB  
CEP. 58.758-000 Tel.: (083) 3481 –1027 E-mail: secsaude@aguabranca.pb.gov.br



**ESTADO DA PARAIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**ÁGUA BRANCA-PB**

**Prezada Srª Secretária**

Em atenção ao ofício nº 350/2018-EAAM ,venho através deste informar a Srª Secretária que a equipe a UBS José Benone foi visitar a residência de Maria das Graças Soares da Silva,genitora do menor Everton Guilherme Soares de Souza primeira visita realizada dia 19/07/2018 onde a mesma não se encontrava em sua residência ,a segunda visita foi realizada dia 23/07/2018 à mesma relatou que o menor Everton Guilherme Soares de Souza não reside mais na sua companhia e nem no município de Água Branca .Relata ainda que o mesmo reside com sua companheira Eloisa do Carmo Alves no distrito da Palmeira município de Imaculada .

UBS José Benone ,23/07/2018

Atenciosamente



Dra Magdeis Falcon Chinaea

*Magdeis Falcon Chinaea*  
Médica - RMS 2500155  
CNS 702604205372642



Iolanda Lustosa de Andrade Firmino

*Iolanda Lustosa de A. Firmino*  
Enfermeira  
COREN 309816







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Água Branca**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800244-96.2017.8.15.0941

**DESPACHO**

p { margin-bottom: 0.25cm; line-height: 120%; }

Defiro o pedido de Justiça Gratuita, visto que preenchidos nos autos, ao menos neste momento, os requisitos formais exigidos pelo art. 98 do NCPD.

A atividade probatória deverá recair sobre a existência ou não de invalidez permanente sofrida pelo autor e o seu grau. Para tanto, verifica-se a necessidade de realização de perícia judicial na parte autora, de modo a subsidiar suficientemente a resolução da demanda.

Nesse contexto, oficie-se o HOSPITAL (em Água Branca), solicitando a realização de perícia médica (exame DPVAT) na autora, devendo os peritos responderem aos quesitos formulados pelas partes, as quais devem ser intimadas a apresentarem. O laudo deve ser confeccionado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da realização do exame.

Ainda no ofício, solicite-se para que o respectivo Hospital informe a data do exame com, ao menos, uma antecedência de 30 (trinta) dias, para possibilitar a intimação das partes e eventual nomeação de assistente técnico para acompanhamento da perícia (art. 465, CPC).

Com a designação da data, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃO, intime-se o autor para comparecimento ao local informado e o réu para ter ciência do local e data da perícia.

Com a chegada do laudo, determino a CITAÇÃO DO PROMOVIDO, para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma do art. 183 do NCPD.

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPD, art. 344).

CUMPRIDAS TODAS AS DETERMINAÇÕES ACIMA, voltem-me os autos conclusos.





Água Branca-PB, 13 de setembro de 2018.

**PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS**

Juiz de Direito Substituto

(assinado eletronicamente)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA-PB

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves, Sítio Serrote Alto, s/n - CEP 58748-000

Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205; e-mail: abw.1vara@tjpb.jus.br

**Ofício**

**Água Branca, 17 de abril de 2015.**

Processo nº 0800244-96.2017.815.0941

Autor: Everton Guilherme Soares Sousa

Senhora Diretora,

Através do presente, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, **solicito** a Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de indicar um médico perito, designando local, dia e hora para que seja realizado exame nos termos da decisão em anexo.

Ademais, **solicito** que, após o agendamento, seja comunicado a este Juízo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para as intimações de praxe. O laudo pericial deverá ser entregue no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da realização do referido exame. Tudo nos autos da Ação Ordinária acima descrita, cujo feito tramita atualmente pelo expediente do Cartório Único desta Comarca.

Aproveito o ensejo para apresentar, a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e consideração.

**Alexandre Borba Brito**

Analista Judiciário



**À ILMA.**

**DIRETORA DO HOSPITAL MUNICIPAL,**

**ÁGUA BRANCA – PB**



## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

ÁGUA BRANCA

26 de março de 2019

JOSE ANTUNES BEZERRA FILHO





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA-PB

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves, Sítio Serrote Alto, s/n - CEP 58748-000

Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205; e-mail: abw.lvara@tjpb.jus.br

Ofício

Água Branca, 17 de abril de 2015.

Processo nº 0800244-96.2017.815.0941

Autor: Everton Guilherme Soares Sousa

Senhora Diretora,

Através do presente, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, **solicito** a Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de indicar um médico perito, designando local, dia e hora para que seja realizado exame nos termos da decisão em anexo.

Ademais, **solicito** que, após o agendamento, seja comunicado a este Juízo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para as intimações de praxe. O laudo pericial deverá ser entregue no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da realização do referido exame. Tudo nos autos da Ação Ordinária acima descrita, cujo feito tramita atualmente pelo expediente do Cartório Único desta Comarca.

Aproveito o ensejo para apresentar, a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e consideração.

Alexandre Borba Brito

Analista Judiciário

Em: 26/03/19  
Sueli Pereira Chaves

À ILMA.

14/03/2019 07:17



Em anexo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**



OFÍCIO Nº 27/2019

Água Branca, 28 de março de 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
Fórum Conselheiro Luís Nunes

28.03.19

Analista / Técnico Judiciário

Venho através deste, responder ao ofício S/N referente ao processo nº 0800244-96.2017.815.0941 que solicita que seja designado um profissional médico para realização de exames pericial na Srª Everton Guilherme Soares Sousa .

Designo para este fim, o médico José Nicolau Pereira, CRM 934, clínico geral, sugiro também que a perícia seja realizada no dia 29 de abril de 2019, às 14:00 horas da tarde, no hospital Quitéria Maria de Oliveira.

Atenciosamente,

Sueli Correia Chaves  
Diretora Administrativa  
Mat. 000645

SUELI CORREIA CHAVES  
Diretora Administrativa

Ao Exmo. Sr. Juiz  
Comarca de Água Branca -PB



## CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte, acerca da realização da perícia ou não.

ÁGUA BRANCA

17 de junho de 2019

ALEXANDRE BORBA BRITO





Em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



OFÍCIO Nº 52/2019

Água Branca, 12 de agosto de 2019.

Venho através deste encaminhar resultado da perícia referente ao processo nº 0800244-96.2017.8.15.0941 do Sr. Everton Guilherme Soares Sousa, realizada no Hospital Municipal Quitéria Maria de Oliveira, pelo médico Dr. José Nicolau Pereira no dia 05 de agosto de 2019.

Atenciosamente,

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
Fórum Comunal de Água Branca

23.08.19

Assessoria Jurídica

SUELI CORREIA CHAVES  
Diretora Administrativa

SUELI CORREIA CHAVES  
Diretora Administrativa

Ao Exmo. Sr. Juiz  
Comarca de Água Branca- PB.



Patos – PB, 19/05/2017.

PAULO CESAR COSTA DIAS

OAB/PB 22.523

*Eurton Guilherme Soares Sousa*

**QUESITOS DA PARTE AUTORA:**

A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura? *Sim*

Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente? *Sim*

Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)? *Sim*

Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)? *Sim*

Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente? *Sim*

A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho? *Sim, apenas para trabalho de  
esforço físico.*

Queira o i. expert acrescentar o que entender devido.

*[Assinatura]*  
Dr. José Nicolau Pereira  
Médico - CPF: 054.800.974-49  
CRM-PB 9341 CRM-PE 174088  
CNS 100.406.502.030.000





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Água Branca**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800244-96.2017.8.15.0941

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da realização da perícia, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

Cumpra-se.

ÁGUA BRANCA, 6 de agosto de 2019.

PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS

Juiz(a) de Direito



## CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte.

ÁGUA BRANCA

14 de outubro de 2019

ALEXANDRE BORBA BRITO





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Água Branca**

Rua Projetada, S/N, Centro, ÁGUA BRANCA - PB - CEP: 58748-000 - ( )

---

**Processo: 0800244-96.2017.8.15.0941**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZAPROCURADOR: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA  
HENRIQUE

Advogado do(a) AUTOR: PAULO CESAR COSTA DIAS - PB22523-B,

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Vistos.

Tendo em vista ofício de id. 23537475 encaminhando o resultado da perícia, cumpra-se nos termos do despacho de id. 16582826. (Cite-se o promovido).

Cumpra-se.

ÁGUA BRANCA/PB, data da assinatura digital.

Juiz de Direito em Substituição  
(assinado mediante certificado digital)



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

Processo: 08002449620178150941

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA** representado por **MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **13/12/2015**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **02/02/2016**.

Cumprir esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

---

decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **13/12/2015**. Frisa-se que houve pagamento administrativo na no valor de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Certo é que, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>4</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que decerto deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo

<sup>4</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>5</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>6</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer a produção de prova documental suplementar e pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)** em até 15 (quinze) dias.

<sup>5</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>6</sup> **art. 1º . (...)**

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **DR. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 4 de novembro de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **AGUA BRANCA**, nos autos do Processo nº 08002449620178150941.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rio de Janeiro, 27 de Março de 2017

Carta nº: 10727779

A/C: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170165116 ASL-0113073/17

Vítima: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA

Data Acidente: 13/12/2015

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

**Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à Investprev Seguradora S/A onde o sinistro foi cadastrado.**

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01033/01034 - carta\_01



Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2017

Carta nº: 10767767

A/C: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

Sinistro: 3170165116 ASL-0113073/17  
Vítima: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA  
Data Acidente: 13/12/2015  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00893/00894 - carta\_02



Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA \_\_\_\_\_

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Maria das Graças Soares da Silva da Silva Henrique  
PORTADOR(A) DO RG Nº 2081616 EXPEDIDO POR GSP-PA EM 01 / 03 / 2016  
CPF 044601634-07 / CNPJ 000000000-00000000, PROFISSÃO ---  
E RENDA MENSAL DE R\$ --- (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Fuerton Guilherme Soares de Souza AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Fundonal;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL, operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL, [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiário.

**IMPORTANTE:** Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS):

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ N° da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0043 N° da CONTA (com dígito, se existir) 1520110

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Agua Branca 09 de março de 2016 Maria das Graças Soares da Silva Henrique  
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

**1 ATENÇÃO**

- O Seg. DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiário/s, obedecendo a legislação vigente na data do acidente), indenização de até **R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até **R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204.



AUTO-ATENDIMENTO AG. PORTAL DO SERTÃO  
DATA: 03/02/2019 HORA: 11:23:48  
TERMINAL: 49821006 CONTROLER: 496210000323

AGÊNCIA: 0043 - PATOS  
CONTA: 013.00152011-0  
CLIENTE: MARIA DAS GRACAS S DA S HENRIQUE

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDOS POR DATA LIMITE  
DEPÓSITOS REALIZADOS ATÉ 03/05/2012  
DATA VALOR  
27/01  
DEPÓSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012  
DATA VALOR  
07/01

LANÇAMENTOS PROGRAMADOS  
DATA HISTÓRICO VALOR  
01/02 SAQUECORRESPONDENTE

MOVIMENTAÇÃO  
DATA NR.DOC HISTÓRICO VALOR

SALDO ANTERIOR

Janeiro

07/01	000000	REN BASICA	2,000
11/01	111227	DP DIN LOT	<del>500,000</del>
11/01	111653	SAQUE LOT	<del>200,000</del>
14/01	141244	DP DIN LOT	<del>200,000</del>
14/01	151278	SAQUECORRESPONDENTE	<del>1,300</del>
15/01	151700	SAQUE LOT	<del>200,000</del>
28/01	281232	DP DIN LOT	<del>200,000</del>
28/01	291741	SAQUE LOT	<del>200,000</del>
28/01	150128	SAQUECORRESPONDENTE	<del>1,300</del>
29/01	291604	SQ CX AQUI	<del>80,000</del>

Fevereiro

01/02	301821	DP DIN LOT	<del>200,000</del>
01/02	011616	SQ CX AQUI	<del>200,000</del>
02/02	021526	DP DIN LOT	<del>200,000</del>
02/02	021610	SAQUE LOT	<del>200,000</del>

RESUMO EM 02/02  
SALDO

RESUMO DO DIA  
SALDO BLOQUEADO  
SALDO DISPONIVEL  
SALDO TOTAL

Informações, reclamações, sugestões e elogios  
SAC CAIXA: 0800-726 0101  
Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474  
www.caixa.gov.br







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEG. E DA DEFESA SOCIAL  
16ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE JURU/PB



BOLETIM DE OCORRENCIA

INQUÉRITO POLICIAL: NAO

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o registro nº 011/2016, cujo teor passa a transcrever na íntegra. Aos 02 dias do mês FEVEREIRO de 2016, nesta Delegacia de Polícia, onde se encontrava presente o Del. EDMILSON DOS SANTOS AIRES NETO, por volta das 11h00min, compareceu, devidamente representado por sua genitora MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA, o senhor: **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, RG 4.402.592 SSP/PB, CPF 712.170.934-19, filho de Moacir Alves de Souza e de Maria das Graças Soares da Silva Henrique, residente na Rua Jose Ferreira Moreno, s/n, Jose Benone, Agua Branca/PB. NOTIFICANDO QUE: no dia 13 de dezembro de 2015, por volta das 17:00h, o declarante estava na garupa de uma moto guiada por LAUDECI TAVARES SANTOS, RG 3.613.836 SSP/PB, no campo de aviação, zona rural de Agua Branca/PB, momento em que o piloto, ao desviar de um cachorro, perdeu o controle da moto, tendo o garupa da moto, Everton, caído em cima de uma pedra e fraturado sua perna; QUE a motocicleta em que o declarante estava era uma moto CC Honda NXR 150 Bros ES, placa NPG 2560, ano 2013, RENAVAM 00989395928, ano 2008/2008, preta; QUE NÃO DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA O AUTOR DO FATO. Era o que continha o teor da presente ocorrência. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

NOTIFICANTE: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA

GENITORA: MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

Água Branca/PB, 02 de fevereiro de 2016.

Edmilson dos Santos Aires  
Delegado de Polícia  
Edmilson dos Santos Aires Neto  
Delegado de Polícia  
Mat. 168.482-5





# DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Maria dos Graças Soares, portador da carteira de  
Identidade nº 2281 676 e inscrito no CPF/MF sob o nº 044 667 534 23,  
residente e domiciliado na Rua José Fernando Monteiro,  
Cidade Agua Branca, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que  
estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de  
indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ( ) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou  
(X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de  
prova do Seguro DPVAT; ou  
( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo  
superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de  
invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração  
permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico  
Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Lider DPVAT para a  
correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº  
6.194/74.

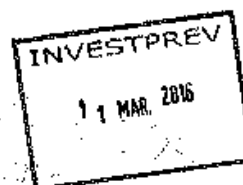
Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia  
concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu  
conteúdo.

Maria dos Graças Soares

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Agua Branca 08/03/16

Local e data





ÁGUA BRANCA PB  
GOVERNO MUNICIPAL  
SECRETARIA DA SAÚDE

### FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL



UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO - UPS  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
Rua José Pedro Firmino, sn - Centro, Água Branca - PE  
CNS: 2605430 CNPJ: 10.502.869/0001-98  
DT/ATENDIMENTO: 13/10/15 TURNO: V FOLHA

PACIENTE  
NOME: EUERTON G. SOARES DE SAUSA  
SEXO: M DT NASCIMENTO: 20/05/01 IDADE: 14 RG:  
PROFISSÃO: ESTUDANTE CPF:  
ENDEREÇO: AL. DA BRANCA  
CIDADE: ÁGUA BRANCA UF: PE CNS: 307 1043 0102 8920

RAÇA/COR  
☐ 11 - BRANCA ☐ 12 - PRETA ☒ 13 - PARD  
☐ 14 - AMARELA ☐ 16 - INDIGENA ☐ 17 - SEM INFORMAÇÃO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)  
Paciente vítima de queda de altura, apresentando ferimento contuso em membro superior esquerdo, apresentando ferimento de profundidade em área ferida.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS  
1. Sutura e curativo  
2. Medicamento  
3. Curativo  
4.

CARÁTER DO ATENDIMENTO  
☐ 01 - ELETIVO  
☐ 02 - URGÊNCIA  
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRABALHO  
☐ 06 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

DIAGNÓSTICO  
Fratura de fêmur CID-10

MEDICAÇÃO  
☐ PRESCRITA  
☐ APLICADA  
ENCAMINHAMENTO  
☐ OBSERVAÇÃO  
☐ INTERNAÇÃO  
☐ ÓBITO  
☐ RESIDÊNCIA  
☐ OUTRO HOSPI  
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS (CÓDIGO DO PROCEDIMENTO)  
1-  
2-  
3-

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO  
CNS CBO CRM

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL  
Maria das Graças Soares  
POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO CHEFE DA UNIDADE - CARIMBO  
ASSINATURA DO REVISOR - CARIMBO

2015-10-13 16:40:44



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 06/11/2019 16:40:44

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110616404481700000025109182

Número do documento: 19110616404481700000025109182

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 20/04/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQU

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00043

CONTA: 000000152011-0

---

---

Nr. da Autenticação AB4880629C7C31A5





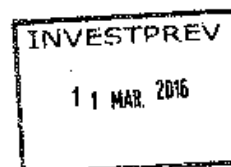
## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA



Eu, Maria das Graças Soares da Silva Henriques  
RG nº 2291676, data de expedição     /    /    , Órgão SSP-PB  
CPF nº 044.667.534-23, venho perante a este instrumento declarar que não  
posso comprovar de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido  
no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome  
de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua José Ferreira MOREIRA</u>		
Número	<u>5N</u>		
Apto / Complemento	<u>    </u>		
Bairro	<u>Barro Velho</u>		
Cidade	<u>Agua Branca</u>		
Estado	<u>PB</u>		
CEP	<u>58748000</u>		
Telefone de Contato	<u>(83) 3421-8003</u>	<u>(83) 9655-9484</u>	<u>(87) 9999-9976</u>
E-mail	<u>emmanoela@hotmail.com.br</u>		

Por ser verdade, firmo-me.



Local e Data: Agua Branca 08/03/16

Assinatura do Declarante: Maria das Graças Soares da Silva Henriques









### Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, LAURECI TAVARES SANTOS,  
RG nº 3613.826, data de expedição 20/12/2007  
Órgão SSP-RB, portador do CPF nº 092.305.664-54, com  
domicílio na cidade de ALUA BRANCA, no Estado de  
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
CITIO RIACHO DO MEIO, nº 51/2,  
complemento ASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima EVERTON GUILHERME SANTOS, cujo o condutor era  
LAURECI TAVARES SANTOS.

Veículo: motocicleta  
Modelo: HONDA / NKR 150 BROS ES  
Ano: 2008  
Placa: NPK 2560  
Chassi: 9C2E0030375000  
Data do Acidente: 13/12/2015  
Local e Data: \_\_\_\_\_



Laureci TAVARES SANTOS  
Assinatura do Declarante  
(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Laureci TAVARES SANTOS  
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)  
(Sem reconhecimento de firma)



**MARCAL LEITE**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR

BR - Voto Notarizante: Laureci TAVARES SANTOS  
Assinatura: Laureci TAVARES SANTOS  
Data: 13/12/2015

Reconheço, com a presente, a autenticidade, a veracidade e a validade da assinatura de LAURECI TAVARES SANTOS, portador do RG nº 3613.826, expedida em 20/12/2007, pelo órgão SSP-RB, portador do CPF nº 092.305.664-54, com domicílio na cidade de ALUA BRANCA, no Estado de PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) CITIO RIACHO DO MEIO, nº 51/2, complemento ASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima EVERTON GUILHERME SANTOS, cujo o condutor era LAURECI TAVARES SANTOS.

**MARCAL LEITE**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR  
João Pereira Leite  
"ESCREVENTE"



INVESTPREV  
21 MAR 2017



ÁGUA BRANCA PB  
GOVERNO MUNICIPAL  
SECRETARIA DA SAÚDE

### FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

#### PACIENTE

NOME: EUERTON C. SOARES DE SOUSA  
SEXO: M DT NASCIMENTO: 20/05/01 IDADE: 14 RG: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: ESTUDANTE CPF: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: ÁGUA BRANCA  
CIDADE: ÁGUA BRANCA UF: PB CNS: 307 1073 0102 8920

#### RAÇA / COR

☐ 1 - BRANCA ☐ 2 - PRETA ☒ 3 - PARD  
☐ 4 - AMARELA ☐ 5 - INDÍGENA ☐ 7 - SEM INFORMAÇÃO

#### ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Pariente vítima de queda de altura,  
apresentando ferimento contuso em  
pernas e braços, apresentando  
dor e inchaço na região.

#### EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

#### RESULTADOS

#### UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO - UPS

HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA  
Rua José Pedro Firmino, sn - Centro, Água Branca - PB  
CNPES: 2605430 CNPJ: 10.502.869/0001-98  
DT/ATENDIMENTO: 13/11/15 TURNO: N FOLHA: \_\_\_\_\_

#### MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

1. Sulfato de Amônio
2. Propileno Glicol
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

#### CARÁTER DO ATENDIMENTO

- ☐ 01 - ELETIVO  
☐ 02 - URGÊNCIA  
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRANSITO  
☐ 06 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

#### DIAGNÓSTICO

Lesão por trauma de membros inferiores CID-10: \_\_\_\_\_

#### MEDICAÇÃO

- ☐ PRESCRITA  
☐ APLICADA

#### ENCAMINHAMENTO

- ☐ OBSERVAÇÃO  
☐ INTERNAMENTO  
☐ ÓBITO  
☐ RESIDÊNCIA  
☐ OUTRO HOSPI  
☐ OUTROS

#### SERVIÇOS REALIZADOS (CÓDIGO DO PROCEDIMENTO)

- 1 - \_\_\_\_\_  
2 - \_\_\_\_\_  
3 - \_\_\_\_\_

#### ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CARIMBO

CNS

CBO

CRM

#### ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

#### POLEGAR DIREITO

Maria da Graça Soares

ASSINATURA DO CNEP DA UNIDADE - CARIMBO

ASSINATURA DO REVISOR - CARIMBO

INVESTPREV  
21 MAR 2017



ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

BOLETIM DE ENCAMINHAMENTO

UNIDADE MÉDICA DE REFERÊNCIA: *UH de Patos - PB*

NOME: *Priscila S. Soares de Sousa* IDADE: *14 anos*

QUEIXAS: *Paciente vítima de acidente de trânsito, apresentando  
primária lesão em bipartido esquerdo, ulnária.  
Também danou o cotovelo, que por esse motivo*

EXAME FÍSICO: *apresenta edema e dor no local  
lesionado*

EXAMES REALIZADOS: *RA - Antebraço por views exp. anatômica  
para fratura (R) 3921-2235/4534 (R) 3483-1207/  
relato de contusão no local da UH de Patos que surgiu em 26/03*

HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICO(S): *Fratura e luxação de punho exp.*

CONDUITA TERAPÊUTICA: *HH, fixação*

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO: *Exames de ortopedista*

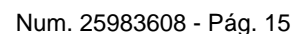
*13/12/15 a 20/11*

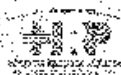
*Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 06/11/2019 16:40:44*





INVESTPREV  
21 MAR 2017





HOSPITAL REGIONAL DE JANDIRA CARNEIRO  
RUA HORACIO NORRÊGA, S/N  
PATOS PARAIBA (RS) 3423-2741

Prontuário: 55908 Data/Hora: 13/12/2015 22:54:05  
Ocupação: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)  
Servidor da DR:

Paciente: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA Idade: 14 Sexo: M

Filiação:  
Pai: MOACIR ALVES DE SOUZA  
Mãe: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA

Endereço:  
Cidade: AGUA BRANCA - PB - 58746-000 - 2500106 N: SN  
Endereço: JOSE FERREIRA MORENO  
Bairro: JOSE BENONI  
Naturalidade: TABIRA - PE  
Fone: (83)99837-7361

Documentos:  
CNS: 707-1673-0102-8920  
Identidade: 4402562 SSPB  
CPF:  
Reg. Nasco:

Informações adicionais:  
Nascimento: 20/5/2001  
Cor: PARD  
Estado Civil: SOLTEIRO(A)  
Profissão: ESTUDANTE

Responsável: Maria das Gracas Soares da Silva

ANAMNESE: (História da Doença atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

Acidente de trânsito com moto a/ freio  
na curva 54

EXAMES OBJETIVOS: (inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

Art. e exames + exames de urina  
normal

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratório)

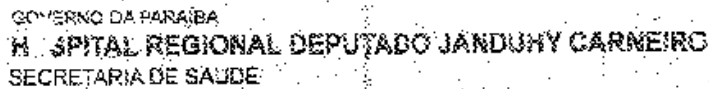
Diagnóstico: Fratura de fêmur

Motivo de Alta:

Resultado: ( ) Saneado ( ) Melhorado ( ) Estável ( ) Transferido Em:

Receptorista: APARECIDA





INVESTPREV  
21 MAR 2017



REQUISIÇÃO DE PARECER

PACIENTE: <u>Guilherme 2 de Souza</u>	
CLÍNICA: <u>medica</u>	ENFERMAGEM: <u>NSC</u>
FEIÇÃO: <u>Oficina</u>	DATA: <u>09</u>
MOTIVO DA CONSULTA: <u>Paciente em pós-op de prostatectomia de rotina, disse</u> <u>colocação de traqueia, evoluindo com muita dor e</u> <u>que não aliviou a dose de oxigênio e fentanil.</u>	
DATA: <u>14.10.15</u>	SIGNATURA: <u>[Assinatura]</u>

PRONTO

Paciente 21 dias no pós-operatório  
de prostatectomia de rotina.

do qual disse:

Av. de 20/40 de

para 5/10 de

com o fentanil

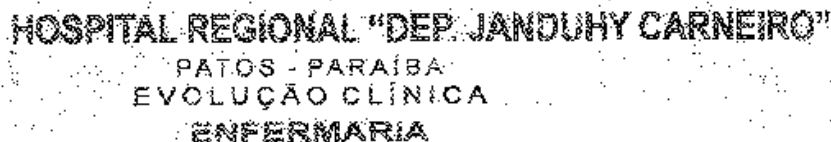
15.10.15

Vall K. Lima  
2244 PB

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL






**LETO:**

REG:

INVESTPREV  
21 MAR 2017



**NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL**

PACIENTE: <u>Evandro Guilherme Soares de Sousa</u>					GOVERNO DA PARANÁ SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL SER. JARDINY LARNEIRO
UF: <u>PR</u>	CITY: <u>Curitiba</u>	CONCEITO: <u>500</u>	IDADE: <u>24</u>	REGISTRO: <u>55908</u>	
CIRURGIÃO: <u>Dr. Carlos Roberto Lima</u>					
ANESTESIA: <u>Dr. Roberto</u>					
HISTÓRICO: <u>Dr. Roberto</u>					
DATA: <u>18/12/15</u>					

MATERIAL			
QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
17	TX. de Instrumentador		Equipo de sono e sangue
	TX. Capnógrafo - <u>EE 997</u>		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	1	Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
	TX. Monitor Cardíaco-Respirador		Serra de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
2	TX. Saco - <u>ELC 2000</u>		Seringa 5 ml
2	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
2	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
	TX. Calorímetro de Pulso	20	Elásticos desc.
1	Neocair		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano	1	Atadura de Crepom 20cm
	Triclorometil		Atadura Gessada 10cm
1	Gelatina - <u>PRODUCORTICOM 500g</u>		Sonda Uretral
1	Pavilon - <u>PAVILION</u>		Sonda Nasogástrica
1	Dominil		Fio Sulfônico
	Pentamyl 0.05mg		Oreco Penrose
	Xilozina a 8%		Oreco Sucção
	Inoval		Ureco de Torax
	Xilozina a 2%		Esparadrapo
	Ectodermate		Xilozina Gel
	Relata		Alcool 70%
	Pubicossina 0.5%		PVP Tintura
	Dimer		Bases
	Lanoxal 0.5ml		Algodão Hidrófilo
1	Forma - <u>FORMA</u>		Algodão Ortopédico
	Forma		Colex
	Sulfato		Vaselina Esteril
	Ditazepan		Agulha descartável
	Agua destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Proatigmina		Fio Cromado 0.12 agulha
	Atropina		Fio Cromado 0.12 agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1.12 agulha
	Etomil		Fio Cromado 1.12 agulha
	Cefalotina 15g		Fio Cromado 2.12 agulha
	Doxet		Fio Cromado 2.12 agulha
	Plast		Fio Cromado 2.12 agulha
1	Dipirona		Catgut simples 0.12 agulha
	Esparadrapo 100g		Catgut simples 0.12 agulha
1	Ilhaz		Catgut simples 2.12 agulha
	Amoxicina 500mg		Catgut simples 2.12 agulha
	Agulha de Ruyter Descartável		Catgut 2.12 p/ amigdalectomia
	Abacate 20 e 22		Catgut simples 2.12 agulha
	Polycot 0.12 agulha		Polycot 0.12 agulha
	Polycot 2.12 agulha		Polycot 2.12 agulha
	Polycot 3.12 agulha		Polycot 3.12 agulha
	Prolene 0.12 agulha		Prolene 2.12 agulha

**INVESTPREV**  
**21 MAR 2017**






### DECLARAÇÃO

O Menor Everton G. Soares de Sousa, 14 anos deu entrada nessa unidade hospitalar no dia 13 de Dezembro de 2015 às 18:20 referindo ser vítima de acidente de moto apresentando corte-contuso em supercílio esquerdo e deformidade em coxa esquerda, foi avaliado por o médico Dr Gilson Brito plantonista do hospital após ter realizado todos os procedimentos foi encaminhado para o Hospital Regional de Patos. Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

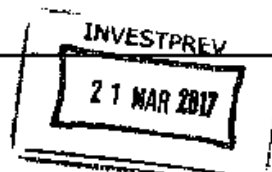
  
Diretora Administrativa  
CNPJ nº 37/397

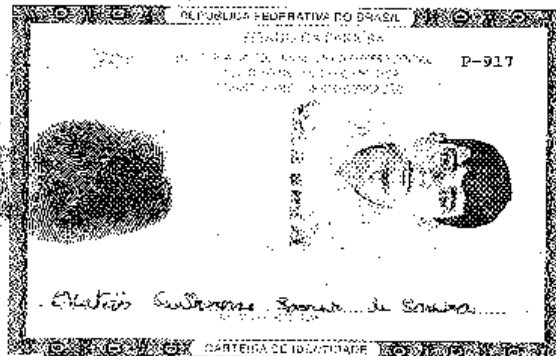
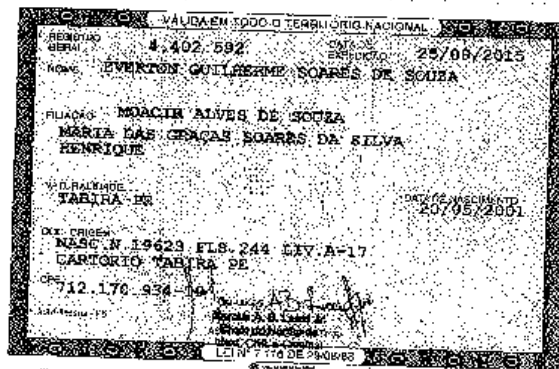
**MICHELLY ALVES BARROS**

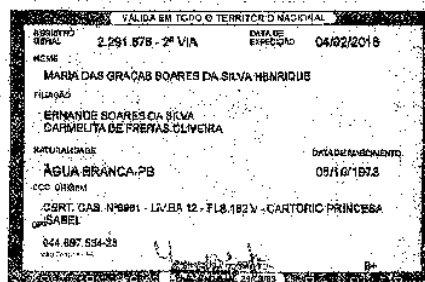
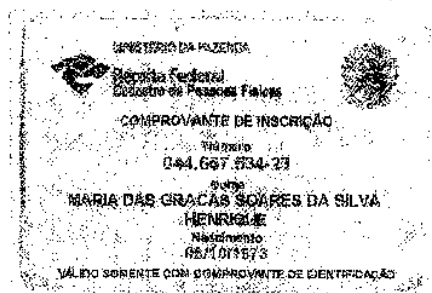
Diretora do Hospital Quitéria Maria de Oliveira

[www.aguabranca.pb.gov.br](http://www.aguabranca.pb.gov.br)

Rua José Pedro Firmino, S/N - Centro - 58.748-000 - Água Branca PB  
Fone: 83-3481-1339







**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - MS Nº 010723974818  
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 00988378928 XXXXXXXX 2013

LAUDECI TAVARES SANTOS

09230566464 NP62560

NP62560/MT 952KD03308076000

ESP. DO: MOTOCICLO COMBUSTIVO: GASOLINA

MARCA/MODELO: HONDA/NXR150 BROS 25 ANO: 2008 + 2008

APROFUND: 2P/149CC CATEGORIA: PARTIC PRETA

QUITADO 1 QUITADO 2 QUITADO 3 QUITADO

MOTOR: KD03E10074000 PAGO

<SEM RES. DE DOMÍNIO>

CAMPO GRANDE-MS 29/11/13



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo**

Nome do(a) Examinado(a): **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA** Sinistro: **3170165116** Data: **13/12/2015**  
Endereço do(a) Examinado(a): **JOSE FERREIRA MOREIRA, SN - BARRA VELHA - Água Branca - PB - CEP 58748-000**  
Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [ **SSDS /PB** ] **4402592**  
Data local do exame: [ **13/04/2017** ] **Pombal** [ **PB** ]

**Resultado da Avaliação Médica**

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)  
**FRATURA DE DIÁFISE DE FÊMUR ESQUERDO. APRESENTAVA AO EXAME FÍSICO UMA DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DA COXA ESQUERDA (GRAU II), RETRAÇÃO EM FACE LATERAL DE 7 CENTÍMETROS, ATROFIA MUSCULAR DE 4 CENTÍMETROS. AFIRMA A PRESENÇA DE DOR EM LOCAL DE CICATRIZ CIRÚRGICA.**

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [ **X** ] Sim [ ] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(\*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [ **X** ] Sim [ ] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(\*\*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.  
**PACIENTE COM HISTÓRIA DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR ESQUERDO NO DIA 13.12.15, FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO DE FRATURA NO DIA 18.12.15 COM USO DE PLACA E PARAFUSOS. NO MOMENTO ENCONTRA-SE DE ALTA ORTOPÉDICA.**

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [ **X** ] Sim [ ] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

**PERDA DA FORÇA MUSCULAR DA COXA ESQUERDA GRAU II**

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"  
Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_ dias

( ) "Exame não permite conclusão"  
Vide motivo do impedimento no campo das observações

( ) "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):  
**COXA ESQUERDA**

% do dano: ( ) 10% residual ( **X** ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (\*).

( ) Total = "100% da IS"



V. (\*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

*Tiago Martins Formiga*

Tiago Martins Formiga - CRM: 8085 - PB



[www.investseguradora.com.br](http://www.investseguradora.com.br)

 Invest Seguradora  InvestSeg

**De:** Francisco Trotte [<mailto:francisco.trotte@seguradoralider.com.br>]

**Enviada em:** segunda-feira, 20 de março de 2017 17:58

**Para:** Laura Vanessa Quadros Muniz

**Cc:** DPVAT RJ

**Assunto:** Nº Atendimento 7213272 - 3160192987

**Prioridade:** Alta



Processamento de Sinistros

Prezados, boa tarde!

Segue anexo documentação complementar para recadastramento. Assim que o procedimento for concluído, favor nos informar o novo ASL.

16/05/2016 08:48 Cancelar processo

Marco Antonio Loureiro Domingos cancelou o sinistro.

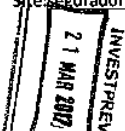
Data de nascimento correta 20/05/2001.

Atenciosamente,

Francisco Trotte  
Departamento de Sinistro



Rua Senador Dantas, 74 - 15º andar  
CEP: 20031-205 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: 55 21 3861-4600 Ramal: 7060  
E-mail: [Francisco.trotte@seguradoralider.com.br](mailto:Francisco.trotte@seguradoralider.com.br)  
Site: [seguradoralider.com.br](http://seguradoralider.com.br)



**OUTORGANTE:**

**OUTORGADO:**

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, a ser creditada em conta de minha titularidade conforme ficha de Autorização de Pagamento, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre pericia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT para a vítima

*EUERTON GUILHERME SOARES DE SAES*



Água Branca-PE: 02/02/2016

Local e data

INVESTPREV  
21 MAR 2017

Maria da Graça Gonçalves da Silva Henriques  
Assinatura do Outorgante

(reconhecer firma)

MARCAL LEFE

[illegible]

MARCELO FERRE  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Jean Ferreira Leite





## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170165116 **Cidade:** Água Branca **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUSA **Data do acidente:** 13/12/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE DIÁFISE DE FÊMUR ESQUERDO

**Descrição do exame médico pericial:** APRESENTAVA AO EXAME FÍSICO UMA DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DA COXA ESQUERDA (GRAU II), RETRAÇÃO EM FACE LATERAL DE 7 CENTÍMETROS, ATROFIA MUSCULAR DE 4 CENTÍMETROS. AFIRMA A PRESENÇA DE DOR EM LOCAL DE CICATRIZ CIRÚRGICA.

**Resultados terapêuticos:** PACIENTE COM HISTÓRIA DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR ESQUERDO NO DIA 13.12.15, FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO DE FRATURA NO DIA 18.12.15 COM USO DE PLACA E PARAFUSOS. NO MOMENTO ENCONTRA-SE DE ALTA ORTOPÉDICA.

**Sequelas permanentes:** Limitação funcional do joelho esquerdo em grau médio.

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 13/04/2017

**Conduta mantida:**

**Observações:** Indenização em grau médio do joelho devido ao deficit de força muscular causado pela hipotrofia muscular da coxa de 4 cm ( acidente em 2015).  
Procedida avaliação médica na cidade de Pombal.

**Médico examinador:** Tiago Martins Formiga

**CRM do médico:** 8085

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

### PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

**Médico revisor:** JULIO O MOZES

**CRM do médico:** 20462

**UF do CRM do médico:** SP

**Assinatura do médico:**





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Boite Environnement

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D6

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
JOURNAL OF THE  
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 06/11/2019 16:40:45

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110616404501100000025109190>

Número do documento: 19110616404501100000025109190

Num. 25983617 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13







## PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALTA SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 31.694.711/0001-48, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 3.155.595,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Registra-se que a presente de R\$ 185.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.356.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## RTIFICACÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Direg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,  
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

## PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso das atribuições conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Portaria Regional da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 3.175, de 28 de novembro de 2003.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro, no âmbito de sua competência, tem a responsabilidade de emitir o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br).

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decof

Rua Santa Afonso, nº 416 - 3º andar - Rio Comprido

Cep 20.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam abreviados os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

## CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o controle de acesso, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo, para a Diretoria de Negociação Internacional (DINI), que o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DE/INT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 20033-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-mail eletrônico, disponível na página do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-comercio-exterior/secretaria-de-negociao-internacional>, ou por meio de formulário disponível no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>, ou por meio de formulário disponível no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>, ou por meio de formulário disponível no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>, ou por meio de formulário disponível no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>, ou por meio de formulário disponível no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>, ou por meio de formulário disponível no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RINALDO AGOSTINHO DA SILVA

## ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.00	2917.20
Acidos policarboxilicos, ciclicos, ciclicos ou cíclicos, seus sais, seus derivados, peróxidos e seus derivados	Acidos Policarboxilicos, ciclicos, ciclicos ou cíclicos, seus sais, seus derivados, peróxidos e seus derivados
	2917.20.10
	Peróxidos, peróxidos e seus derivados
	2917.20.11
	Sais de ácidos policarboxilicos ciclicos
	2917.20.15
	Ciclobutano de dióxido
	2917.20.90
	Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/secretaria-de-negociao-internacional>, pelo código 0001291612000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/11

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284795  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADBZB690</b>
<b>Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3,9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tjri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>





### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

Processo: 08002449620178150941

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente, requerendo em juízo a complementação da indenização do Seguro DPVAT, impugnado o resultado da perícia realizada no momento da regulação administrativa.

Importante frisar que todas a pericias realizadas na esfera administrativa são subscritas por dois médicos especialistas, sendo um profissional responsável pela realização da perícia médica e outro profissional responsável por realizar a revisão da perícia.

Desta forma, após a parte autora ser submetida à perícia, conclui-se pelo pagamento da indenização no importe de R\$1687,50, em total consonância com a Legislação vigente.

Vale ressaltar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, sendo certo que o mero descontentamento da parte com o resultado da perícia realizada no âmbito administrativo não autoriza a realização de novo exame pericial em sede judicial.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não gradua corretamente e tampouco indica as LESÕES suportadas pelo periciando.**



Repita-se que o laudo pericial apresentado não deixa claro quanto à ocorrência ou não de invalidez permanente e de incapacidade laborativa decorrentes do acidente de trânsito, deixando o autor de provar que tem direito ao recebimento da complementação da indenização pleiteada.

Na hipótese, o perito **não elucida, outrossim, o percentual da redução** estabelecido na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional, quicá o porquê do autor ainda encontra-se em tratamento ou a lesão é reversiva, incapaz de deixar sequelas.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Assim, **por se tratar de ônus que cabe a parte autora**, qual seja, de comprovar que restou permanentemente inválida em decorrência do acidente noticiado em grau superior ao que foi constatado na esfera administrativamente, quando o autor não junta aos autos documentos capazes de comprovar que houve o agravamento da lesão decorrida do acidente automobilístico, assim como é imprestável a prova pericial realizada nos autos, outra alternativa não resta a este atendo juízo, senão julgar totalmente improcedente o pedido autoral.

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica ao inadmitir indenização quando o autor deixa de provar o ônus que lhe compete, consoante é possível aferir do julgado a seguir listado:

*“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ÔNUS DA PROVA. Deve ser julgado improcedente o pedido de cobrança de indenização advinda do seguro obrigatório quando o autor não colaciona aos autos prova hábil do grau da incapacidade advinda da lesão permanente. Incidência da regra descrita no art. 333, I, do CPC.*

*(TJ-MG - AC: 10116120033158001 MG, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 12/06/2015, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/06/2015).”*

Não é outro o entendimento do Tribunal de Goiás, *in verbis*:

*“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR NÃO DEMOSTRADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL. PERÍCIA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. 1- À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos. 2- Não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, a improcedência do pedido exordial é medida que se impõe. 3- Regularmente designada perícia médica e, não tendo o autor diligenciado no sentido de comparecer, mesmo regularmente intimado, configura-se seu desinteresse processual na produção de prova que lhe competia. 4 APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (TJGO, Apelação Cível nº 01362644320158090011, 4ª Câmara Cível, Relatora: Des. Elizabeth Maria da Silva, Julgado em 15/09/2016).”*

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de complementação a indenização à parte autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez apresentado na esfera administrativa subscrita por dois médicos especialistas, visto conforme amplamente demonstrado, o laudo de fls., é **INCONCLUSIVO, pois não gradua corretamente e tampouco indica as LESÕES suportadas pelo periciando.**





Portanto, não tendo a parte autora se incumbido de provar fato constitutivo de seu direito, ônus este que lhe cabe, deve a presente demanda ser julgada **IMPROCEDENTE**, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 6 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



EM ANEXO



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro*







PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





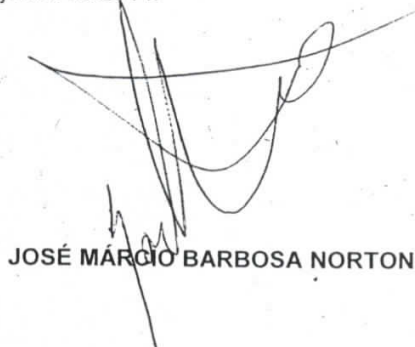


Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

  
MARCELO DAVOLI LOPES

  
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40  
36% I.P.FUNDOS = 3,00  
Total = 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrevente  
CADPRO nº 04.04781  
At 2013.1.1a.83354  
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar  
Escritura  
CNPJ nº 09.248.608/0001-04  
At 2013.1.1a.83354

17º Ofício de Notas  
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800

086674  
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09  
TJ+FUNDOS = 1,81  
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



**SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS**

CNPJ nº: 05.246.500/00-01 - NIRE 33.3002847-8  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19  
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da  
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,  
compareceram os membros do Conselho de Administração foram con-  
voados para a reunião, a saber: (i) Diretor Executivo: Carlos André  
Ferreira Filho; (ii) Diretores Responsáveis pelas Relações com a  
Comunidade: Presidente os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana  
Tehena Salsinha, Bernardo Dickmann, Celso Damadi, Játos de Men-  
donça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade,  
Carmelo Lopes Dávila, o Diretor Novato de Albuquerque Cavalcanti e Ricar-  
do José Iglesias Teófilo; (iii) Diretor Responsável pelo Acompanhamento  
do Meio Ambiente: Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre; (iv) Di-  
reção Financeira: Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre; (v) Di-  
reção de Recursos Humanos: Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre;  
Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da pre-  
sença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem pre-  
sença e voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Pro-  
pria: Conselheiro Carlos André Ferreira Filho, Conselheiro André Lael Fa-  
vero e o Diretor (II) Ratificação da Eleição do Conselheiro Carlos An-  
dré Ferreira Filho. O Conselho de Administração realizou a reunião do  
Conselho de Administração realizada na Reunião do Conselho de  
Administração do dia 25 de março de 2015. (I) Ratificação da De-  
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na  
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015,  
e (ii) Acórdãos: O Conselho de Administração deliberou, em sessão  
deliberar, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André  
Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento  
de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no  
CPF nº 03.901.348.91, residente e domiciliado na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua Santa  
Específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-  
retor Jósé Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo  
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a  
comunidade, a partir de 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente junto à Superintendência de Seguros  
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da  
Direção Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1  
(um) ano, que será termo em 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente, a partir de 25 de março de 2016. O Diretor eleito  
declara que não está incurso em nenhum crime que o torne ine-  
ligível para exercer atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tan-  
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os  
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes  
da Lei nº 6.402/1976, e não se encontra impedido de exercer as fun-  
ções de Diretor Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambien-  
te. CNP. A remuneração dos membros da Direção Executiva da  
Ordem a remuneração global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral  
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os  
conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações  
dos diretores responsáveis perante a SUSEP, a saber: (i) Diretor  
Executivo: Carlos André Ferreira Filho; (ii) Diretores Responsáveis  
pelas Relações com a Comunidade: Presidente os conselheiros Luiz  
Tavares Pereira Filho, Rosana Tehena Salsinha, Bernardo Dickmann,  
Celso Damadi, Játos de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede,  
Jorge de Souza Andrade, Carmelo Lopes Dávila, o Diretor Novato de  
Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo; (iii) Diretor  
Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambiente: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (iv) Direção Financeira: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (v) Direção de Recursos Humanos:  
Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre; Jorge Carvalho e Paulo  
de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo  
conselheiro titular, atenderam à reunião sem presença e voto nas  
matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Própria: Conselheiro  
Carlos André Ferreira Filho, Conselheiro André Lael Favero e o  
Diretor (II) Ratificação da Eleição do Conselheiro Carlos André  
Ferreira Filho. O Conselho de Administração realizou a reunião do  
Conselho de Administração realizada na Reunião do Conselho de  
Administração do dia 25 de março de 2015. (I) Ratificação da De-  
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na  
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015,  
e (ii) Acórdãos: O Conselho de Administração deliberou, em sessão  
deliberar, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André  
Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento  
de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no  
CPF nº 03.901.348.91, residente e domiciliado na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua Santa  
Específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-  
retor Jósé Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo  
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a  
comunidade, a partir de 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente junto à Superintendência de Seguros  
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da  
Direção Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1  
(um) ano, que será termo em 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente, a partir de 25 de março de 2016. O Diretor eleito  
declara que não está incurso em nenhum crime que o torne ine-  
ligível para exercer atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tan-  
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os  
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes  
da Lei nº 6.402/1976, e não se encontra impedido de exercer as fun-  
ções de Diretor Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambien-  
te. CNP. A remuneração dos membros da Direção Executiva da  
Ordem a remuneração global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral  
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os  
conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações  
dos diretores responsáveis perante a SUSEP, a saber: (i) Diretor  
Executivo: Carlos André Ferreira Filho; (ii) Diretores Responsáveis  
pelas Relações com a Comunidade: Presidente os conselheiros Luiz  
Tavares Pereira Filho, Rosana Tehena Salsinha, Bernardo Dickmann,  
Celso Damadi, Játos de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede,  
Jorge de Souza Andrade, Carmelo Lopes Dávila, o Diretor Novato de  
Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo; (iii) Diretor  
Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambiente: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (iv) Direção Financeira: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (v) Direção de Recursos Humanos:  
Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre; Jorge Carvalho e Paulo  
de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo  
conselheiro titular, atenderam à reunião sem presença e voto nas  
matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Própria: Conselheiro  
Carlos André Ferreira Filho, Conselheiro André Lael Favero e o  
Diretor (II) Ratificação da Eleição do Conselheiro Carlos André  
Ferreira Filho. O Conselho de Administração realizou a reunião do  
Conselho de Administração realizada na Reunião do Conselho de  
Administração do dia 25 de março de 2015. (I) Ratificação da De-  
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na  
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015,  
e (ii) Acórdãos: O Conselho de Administração deliberou, em sessão  
deliberar, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André  
Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento  
de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no  
CPF nº 03.901.348.91, residente e domiciliado na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua Santa  
Específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-  
retor Jósé Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo  
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a  
comunidade, a partir de 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente junto à Superintendência de Seguros  
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da  
Direção Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1  
(um) ano, que será termo em 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente, a partir de 25 de março de 2016. O Diretor eleito  
declara que não está incurso em nenhum crime que o torne ine-  
ligível para exercer atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tan-  
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os  
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes  
da Lei nº 6.402/1976, e não se encontra impedido de exercer as fun-  
ções de Diretor Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambien-  
te. CNP. A remuneração dos membros da Direção Executiva da  
Ordem a remuneração global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral  
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os  
conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações  
dos diretores responsáveis perante a SUSEP, a saber: (i) Diretor  
Executivo: Carlos André Ferreira Filho; (ii) Diretores Responsáveis  
pelas Relações com a Comunidade: Presidente os conselheiros Luiz  
Tavares Pereira Filho, Rosana Tehena Salsinha, Bernardo Dickmann,  
Celso Damadi, Játos de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede,  
Jorge de Souza Andrade, Carmelo Lopes Dávila, o Diretor Novato de  
Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo; (iii) Diretor  
Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambiente: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (iv) Direção Financeira: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (v) Direção de Recursos Humanos:  
Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre; Jorge Carvalho e Paulo  
de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo  
conselheiro titular, atenderam à reunião sem presença e voto nas  
matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Própria: Conselheiro  
Carlos André Ferreira Filho, Conselheiro André Lael Favero e o  
Diretor (II) Ratificação da Eleição do Conselheiro Carlos André  
Ferreira Filho. O Conselho de Administração realizou a reunião do  
Conselho de Administração realizada na Reunião do Conselho de  
Administração do dia 25 de março de 2015. (I) Ratificação da De-  
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na  
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015,  
e (ii) Acórdãos: O Conselho de Administração deliberou, em sessão  
deliberar, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André  
Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento  
de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no  
CPF nº 03.901.348.91, residente e domiciliado na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua Santa  
Específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-  
retor Jósé Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo  
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a  
comunidade, a partir de 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente junto à Superintendência de Seguros  
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da  
Direção Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1  
(um) ano, que será termo em 25 de março de 2016, permanecendo  
exercendo o cargo de diretor responsável pelo acompanhamento  
do meio ambiente, a partir de 25 de março de 2016. O Diretor eleito  
declara que não está incurso em nenhum crime que o torne ine-  
ligível para exercer atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tan-  
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os  
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes  
da Lei nº 6.402/1976, e não se encontra impedido de exercer as fun-  
ções de Diretor Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambien-  
te. CNP. A remuneração dos membros da Direção Executiva da  
Ordem a remuneração global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral  
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os  
conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações  
dos diretores responsáveis perante a SUSEP, a saber: (i) Diretor  
Executivo: Carlos André Ferreira Filho; (ii) Diretores Responsáveis  
pelas Relações com a Comunidade: Presidente os conselheiros Luiz  
Tavares Pereira Filho, Rosana Tehena Salsinha, Bernardo Dickmann,  
Celso Damadi, Játos de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede,  
Jorge de Souza Andrade, Carmelo Lopes Dávila, o Diretor Novato de  
Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo; (iii) Diretor  
Responsável pelo Acompanhamento do Meio Ambiente: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (iv) Direção Financeira: Conselheiro  
Játos de Mendonça Alexandre; (v) Direção de Recursos Humanos:  
Conselheiro Játos de Mendonça Alexandre; Jorge Carvalho e Paulo  
de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo  
conselheiro titular, atenderam à reunião sem presença e voto nas  
matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Própria: Conselheiro  
Carlos André Ferreira Filho, Conselheiro André Lael Favero e o  
Diretor (II) Ratificação da Eleição do Conselheiro Carlos André  
Ferreira

**SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS**

DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/Nº 09.248.006/0001-44 - NIRE 33.0026478-6  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos  
25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede  
social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de  
Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-  
ram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de março de  
2015, para o endereço eletrônico [administracao@dpvat.com.br](mailto:administracao@dpvat.com.br),  
Fábio, Bernardo Diackmann, Caio Darnald, Jairo de Mendonça Alexan-  
der, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes  
Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias  
Teixeira, Rosane Tschima Salasano e Wady José Mourão Cruz. Presen-  
ça: Presença de todos os membros do Conselho de Administração. Pre-  
sença, por procuração, do respectivo possuidor titular, atendido a re-

[illegible]

## BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.0029771-5

**Asssembleia Geral Ordinária** (Lavrada sob o número de sumário, conferência e publicação nº 131, Presidente: DR 60476/76) Dia, Hora e Local: Em 30/04/15 às 10h, na Av. Farrington, 131, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-010.

**Visão Reichenbach da S/A**, Presidente, DR 60476/76, Secretário, DR 60476/76, Assessoria: Aconitonas representando a totalidade do capital social da S/A, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Aconitonas Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos administradores da S/A, conforme o art. 124 da Lei 6.047/76. **Ordem do Dia:** a) Deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; c) Deliberar sobre a remuneração global e anual dos administradores da BRF Borelino de Lubrificantes S/A, conforme o art. 134 da Lei 6.047/76, considerando que a BRF Borelino de Lubrificantes S/A não apresentou demonstração de exercício de 2014; d) Aproveitar a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração dividida, seu critério, seja remuneração global e anual dos administradores; e) Registrar da Ata: Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, que é a última, e foi lida e aprovada em 30/04/15, e assinada na forma. Certifico que a presente é cópia original da lavrada em livro próprio Dado de Caxias, 30/04/15 Visão Reichenbach da S/A, Presidente, Dado Válio Bueno, Secretário, Aconitonas: Petróbras Distribuidora S/A, Pedro Aurélio Cardoso Sampão, RRF Participações e Administração de Empresas S/A, Guido Spedieri Casanova, Benedito de Jesus, 30/04/15, 1200615, Bernardo F.S. Benavente - Secretário Geral.

**GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**

**CNPJ/Nº 01.519.658-0001-48 NIRE: 33300265002**

Ato de AGO realizada em, lavrada no livro: **33300265002**. 1. Data: **Hora e Local:** Aos 24/04/2015, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Azevedo nº 27 - Jd. Santa Helena - São Paulo - SP. 2. Assunto: Formação de Diretoria e Conselho Fiscal para o exercício de 2015. 3. Presidência: Presidente: Sr. José Carlos de Souza. 4. Assessoria: Secretário: Sr. Jorge Gomes de Souza. 5. Quórum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do capital social. 6. Deliberações: (i) Aprobou o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014; (ii) Aproveitou o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2014; (iii) Deliberou sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (iv) Eleição da Diretoria e (v) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representados pelo quórum legalmente constituído: (i) Aprobou o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014; (ii) Aproveitou a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 148.658,53, que será realizada da seguinte forma: (a) 33,33% ou seja, R\$ 49.595,32 para o Fundo de Reserva Legal; (b) 33,33% ou seja, R\$ 49.595,32 para o Fundo de Reserva Legal; (c) 33,33% ou seja, R\$ 49.595,32 para o Fundo de Reserva Legal.

vendedores. (ii) Aprovados os honorários da Diretoria, no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos aos membros da Diretoria, conforme acordo entre os membros da Diretoria para o ano de 2011, ficando o AGO em 2011 em 1º quadrimestre do ano de 2011, ficando ciente o Conselho. (iii) Aproveitamento do bem de propriedade de Jorge Gomes de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 45.722, OAB/RS nº 19.948, CPF 098.478.474-03, residente e domiciliado na Av. Princesa D. Leopoldina, 1600/1011, Barra da Tijuca/RJ, Diretora Sênior, Presidente do Conselho. (iv) Aproveitamento do bem de propriedade de Beneditos de Souza, brasileira, casada pelo regime de bens: comunhão parcial, advogada, empresária, RG 2.602.508/EP, CPF 0118711-1, residente e domiciliada na Rua Duclio de Cardozo, 1600/1101, Barra da Tijuca/RJ, e Diretora Suplente, Presidente do Conselho. (v) Aproveitamento do bem de propriedade de Magalhães Arruda, brasileiro, casado sob o regime de bens: comunhão parcial, empresário e economista, RG 017.570/81-1, OAB/RS nº 937.168/507-2, residente e domiciliado na Av. das Acácias da Paróquia, 540/404, Ipanema/RJ, fiscal. (vi) Assuntos Gerais. Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão. 12.3.2. APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO: Nada mais havendo à tratar, a sessão se encerra; que, para as deliberações tomadas, o Conselho Administrativo não foi ouvido por não se encontrar instalado e encerra o trabalho, ficando a responsabilidade de assinar os atos, aprovados, assinado pelos membros da mesa e pelos acionistas representados pela totalidade do Capital Social/RJ, 24/04/15 JUIZ (os) Gomes de Souza - Presidente da Assembleia, Patrícia Beneditos de Souza Magalhães - Presidente do Conselho, 27/06/95 RG nº 02/02/2015, Bernar-

## DINÂMICA ENERGIA S.A.

[illegible]**Nautlius S/A - Empreendimentos e Participações**

CNPJ/MF: 01.544.7900001-08 - NIRE: 3330025193-1  
Ata do AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local: Os 24/04/15, às 10hs na sede da empresa na Rua Parker de Mello, nº 240, bairro São Carlos, cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 2. Assistentes Legais: O Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza, advogado regularmente inscrito no Conselho Nacional de Direito, pessoalmente, a todos os acionistas pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, consoante assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza; Secretário, o Sr. Bernardo F. Bühringer; e o Sr. Felipe Castro Souza. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/14; (II) Deliberar sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria; (IV) Deliberar sobre a proposta de aprovação dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria; (V) Deliberar sobre a proposta de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (VI) Apropriar a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 1.616.456,46, que será rateada proporcionalmente aos acionistas de acordo com o saldo remanescente da Reserva Legal e o (VII) O saldo remanescente de R\$ 1.416.456,46 para a distribuição de dividendos. Aprovados os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os membros da Assembleia, tendo sido aprovada a proposta de distribuição de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presidente da Assembleia, verificando em seguida que foram aborçados todos os itens de ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tratar, encerrouque, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal, o qual não se encorpoa no rol de comparentes e encerrou os trabalhos dando por concluída a reunião. 8. Despesa: Não houve assessoria jurídica pelos membros de mesa e pelo acionistas representantes da totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza, Diretor Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário Jurídico, Bernardo F. Bühringer em 20/05/2015. Bernardo F. Bühringer - Secretário Jurídico.

**NOVA**  
**Imprensa**  
**Oficial**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Haroldo Zager Faria Tinoco**  
Direitor Presidente

**Valeria Maria Couto Meira Salgado**  
Diretora Administrativa

**Walter Freitas Netto**  
Diretor Financeiro

**Jorge Narciso Pires**  
Diretor Industrial

**DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES**

**ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL**

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,93 (+)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00 (+)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 27,50

(\*) SEMPRE EM FAVOR DE MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI  
OBS: As assinaturas com desconto somente se aplicam para o funcionalismo público (Federal, Estadual e Municipal) e para os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

**ATENÇÃO: É vedada a duplicação de pedidos pelas assinaturas do D.O.**

**IMPRESSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Princesa Isabel, 100 - Carlinho nº 2, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel: (0xx21) 2717-4348 - Fax (0xx21) 2717-4348**

**www.imprensaoficial.rj.gov.br**

**BIBLIOTECA DE**  
**Asssembleia Legislativa**

**RECLAMAÇÃO SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

**Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel: 0800-2844675 das 2h às 17h**

**17º** **Ofício de Notas**  
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, no Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**CARTÓRIO DO 17º**  
Paula Cristina A.D. Gaspar-AUT  
17º Ofício de Notas  
1707-0000

reprodução  
AFD. Cont. por: fiel do  
serventia  
TJ-FUNDOS  
Total  
3.09  
1.81  
6.90

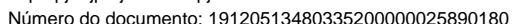
CEB574  
ACS1308









[illegible]





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

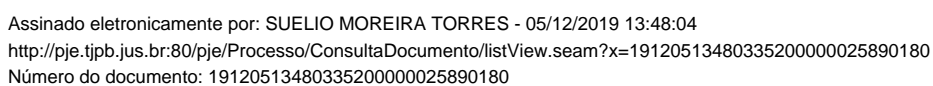
**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



[illegible]

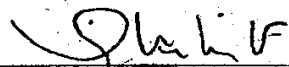
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente



André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3



**17º** Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabellias Cordes Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Comércio, 100 - Centro - RJ - Tel. 2107-6800

**ARQUIVADO**

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado, data 15 de junho de 2016, Rio de Janeiro.


PERCUTIDA  
1.81  
6.90


PALLA DEBILITA ALD. 03/2016

EPD-46367 BPF Consulte em <https://www.trj.jus.br/sitrepublico>

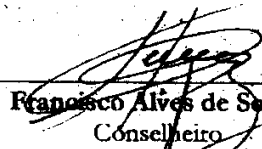
028574  
AC513512



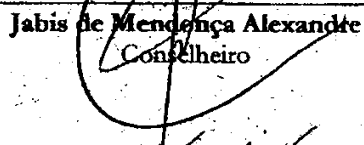
  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro


  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro


  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro


  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

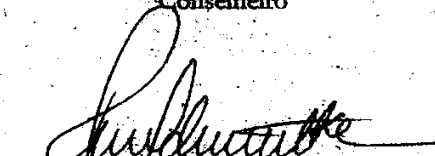
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro


  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

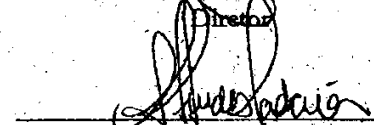
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

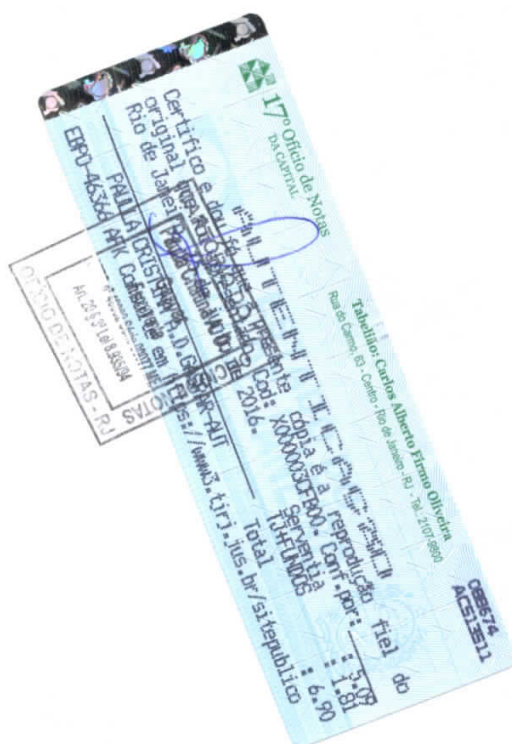
  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3







[illegible]

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 784,00
ACVOGADOS E ESTAGIARIOS	R\$ 189,00 (*)
ORÇÁOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 189,00 (*)
FUNCIÓNÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 189,00 (*)

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

OBS : As assinaturas com desconto somente serão concedidas para os assinantes públicos (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último comprovante de pagamento.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas mesmas poderão ser efetuadas em diversas agências e em algumas Agências credenciadas do Banco Itaú. Cópias de exemplares assinados poderão ser adquiridas a um Professor Mestre Camillo N. B. Centro: Miterói, RJ.

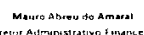
Imprensa Oficial do Estado e devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua 15 de Novembro, 150 - Centro - CEP: 20030-930 - Tel. (0xx21) 232-2333 - Fax: (0xx21) 2321-5478

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS.** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 08h às 18h.

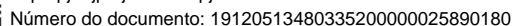


Num. 26814485 - Pág. 17

Número do documento: 19120513480335200000025890180



Número do documento: 19120513480335200000025890180

[illegible]

17º Ofício de Notas  
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira  
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - Total

ERQ-46364 FUI CONSULTA em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

008674  
AC51509

reprodução fiel do  
Cont. por: 5,09  
reprodução 1,81  
TOTAL 6,90



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA. ATENDIMENTO PSICODIAGNOSTICO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DETERMINADA DEFICIENCIA DE DISTURBIOS PSICICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO CRONICO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL COM 01 CALDEIÃO DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MÉDICOS. CAPACIDADE TOTAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, Nº 14/50, POSESSO, BA. ITAIPORUBA, RJ. CEP. 25.770-480. Fone: 021-2321-0211.

HYDRATE COMBIMHO E TECNOLÓGIA LTDA LPP  
CNPJ Nº 04.209.430/0001.26  
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO CÓD. CIVIL) Nesta  
data convocamos o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para com-  
parecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª con-  
vocações, para tomar ciência de (relatório do processo) e (relatório do  
fluido) Banho de Mar da Empresa Hydrate Comercio e Tecnologia Ltda  
LPP, com sede na Rua Manoel de Aguiar Nº 166, 101 - Jd. Costa  
Moura - São Paulo - SP - CEP 05411-000 - Fone: (11) 3081-1000  
Mestre Raul Nº 20.775.050 - por motivo de força maior, não se  
encontra em batimento regular. RJ, 13/01/2012. Assinatura: Raul  
da CRCHJ 018.380/0-7 C/Pi Nº 32.446.517 //

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.  
CNPJ: 33.221.649/0001-91  
AVISO - Acham-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, no sentido social, na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua do Lineiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria



VALE

Companhia Aberta  
CVM nº 33.992.510-0001-54

**FATO RELEVANTE** - A Vale S.A. (Vale) informa que está dedicando uma maior atenção para a divulgação de informações relevantes para o mercado de capitais. A partir de hoje 11 de janeiro de 2012, Estarão disponibilizadas em português com os clientes contendo os termos dos respectivos contratos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da Instrução CVM nº 358, entre outros.

Relatando encaminha disponível em sua versão completa, no link: [www.vale.com.br/relatando](http://www.vale.com.br/relatando), no site da Vale, no seguinte endereço: [www.vale.com.br/relatando](http://www.vale.com.br/relatando), de janeiro de 2012, Info Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** inicia pública que-  
rrença ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de  
Operação para operar o Duto de Transferência de Água Doce e  
salina do Terminal de Cabuburu e a Estação de Barra da Ilha, pro-  
cedido aproximadamente 70 km de extensão, expandido seu intor-  
gatório com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-  
zembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pro-  
cesso E 07/512461/2011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a COTA DE ÁGUA DO RIBEIRÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT-07-00000000, com validade até 28 de março de 2013, que a Autoriza o uso da água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caranubi com as seguintes características:

**CAPTAÇÃO:** Terraplanagem COMPER, Cúpi, Helder, Rio, 100 m; Vazão máxima instantânea: 500,0 m<sup>3</sup>/min; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/min; Tempo de captação: 1600 min; Período de captação: 30 dias; Vazão média: 244.000 m<sup>3</sup>/min; Coordenadas geográficas: Lat. 12° 22' 41" S e Long. 42° 50' 38,705" W; **CAPTAÇÃO: EAP 1:** Cúpi, Helder, Rio, 100 m; Vazão máxima instantânea: 350,0 m<sup>3</sup>/min; Vazão média: 350,0 m<sup>3</sup>/min; Tempo de captação: 1800 min; Período de captação: 30 dias; Vazão média: 144.000 m<sup>3</sup>/min; Coordenadas geográficas: Lat. 12° 40' 49,765" S e Long. 42° 53' 51,438" W; **CAPTAÇÃO: EAP 2:** Cúpi, Helder, Rio, 100 m; Vazão máxima instantânea: 350,0 m<sup>3</sup>/min; Vazão média: 350,0 m<sup>3</sup>/min; Tempo de captação: 1800 min; Período de captação: 30 dias; Vazão média: 144.000 m<sup>3</sup>/min; Coordenadas geográficas: Lat. 12° 42' 46,172" S e Long. 42° 57' 11,831" W; **CAPTAÇÃO: EAP 3:** Cúpi, Helder, Rio, 100 m; Vazão máxima instantânea: 350,0 m<sup>3</sup>/min; Vazão média: 350,0 m<sup>3</sup>/min; Tempo de captação: 1800 min; Período de captação: 30 dias; Vazão média: 144.000 m<sup>3</sup>/min; Coordenadas geográficas: Lat. 12° 44' 10,289" S e Long. 42° 55' 24,819" W.

**LANÇAMENTO:** Vozão máximo médio dos dois pontos e de 300 m<sup>3</sup>/min; Processo N°: E-07/10-23/2008

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 13100032061

\*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

[illegible]

## Avisos, Editais e Termos

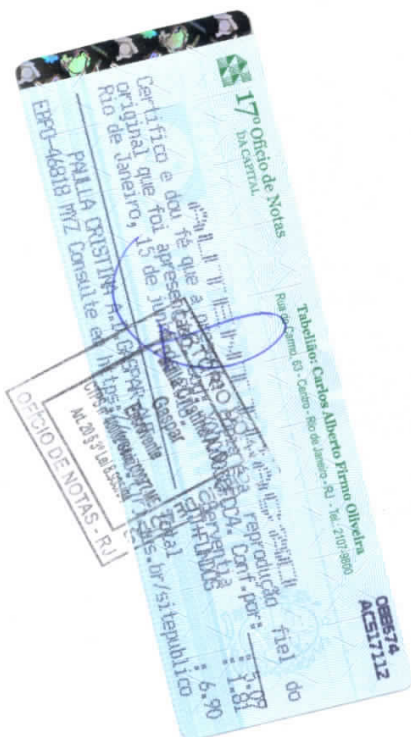
## Associacões, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

(LUM) CON-PATO SOCIAL SÓCIS JOAO GUILHERME FIUZA  
ODRIP JES ESTRELLA (CPF 154.737.987-72), FRINEA SOUZA  
NANDAO (CPF 514.535.317-41), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA  
CPF 404.127.577-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 402.776.857-  
1).











## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Água Branca**

Rua Projetada, S/N, Centro, ÁGUA BRANCA - PB - CEP: 58748-000 - ( )

---

**Processo: 0800244-96.2017.8.15.0941**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZAPROCURADOR: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

Advogado do(a) AUTOR: PAULO CESAR COSTA DIAS - PB22523-B,

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) RÉU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

**DECISÃO**

Vistos.

Resta latente que o laudo pericial encartado nos autos (id.23537475 - Pág 01/02) é inconclusivo, haja vista, que não indica sequer se houve lesão permanente ou temporária, se as lesões sofridas, caso existentes, são parciais ou totais, completas ou incompletas, nem o grau dessas lesões, razão pela qual, deve ser realizada nova perícia médica, não servindo o laudo pericial produzido como meio hábil de prova.

A gratuidade da justiça já foi deferida à parte autora (id.10538663 - Pág. 1).

Citada, a parte promovida apresentou contestação (id.25983603 - Pág. 01/06).

Dessa sorte, **DETERMINO:**

**1) INTIME-SE** a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 15 dias úteis.



2) Para realização de nova perícia nos autos, **NOMEIO** a médica perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, CRM/PB n.4183, cadastrada no TJPB/Convênio, e FIXO honorários no valor de R\$200,00 (duzentos reais) a serem pagos pela parte ré (Convênio n.015/2014).

3) **OFICIE-SE** a médica perita para realizar perícia, em conjunto com outros processos, na parte interditanda, devendo ser designada data com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, diante da necessidade de intimação da parte a ser periciada e as providências de seu deslocamento (art. 156, §5º do CPC/2015). Conste o prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar o relatório da perícia, a contar da sua realização. Anexem-se ao ofício os quesitos do Juízo e das partes.

Os quesitos do Juízo são os estabelecidos no Convênio.

4) Com a data da perícia, **INTIME-SE** pessoalmente a parte autora para realizá-la levando todos os exames, notas fiscais de remédios, atestados, documentos pessoais etc.

5) Com a entrega do laudo, **EXPEÇA-SE** alvará de levantamento dos honorários periciais em favor da Médica Perita e **INTIMEM-SE** as partes do laudo.

6) Por fim, **FAÇA-SE** conclusão para Sentença.

ÁGUA BRANCA/PB, data da assinatura digital.

**Odilson de Moraes**

Juiz de Direito em Substituição

(assinado mediante certificado digital)





EM ANEXO





Banco do Brasil

				Nº DA CONTA JUDICIAL					
				3000125625083					
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)					
0		24/03/2020		2714					
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TIPO DE JUSTIÇA					
23/03/2020		2662998		ESTADUAL					
		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL					
		08002449620178150941		TRIBUNAL DE JUSTICA					
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE					
AGUA BRANCA		VARA UNICA		RÉU					
				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)					
				200,00					
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA					
				Juridico					
				CPF / CNPJ					
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA					
EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA				Fisica					
				CPF / CNPJ					
				71217093419					
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA									
57DA188F3FC94C3D									
CÓDIGO DE BARRAS									





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB**

**Processo:** 08002449620178150941

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

AGUA BRANCA, 25 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA**

Fórum "Conselheiro Luiz Nunes Alves". Rua Projetada, s/n - Centro - Água Branca/PB, Tel. (83) 3481-1206 E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br

**Whatsapp:** (83) 99143-9380 - Atendimento das 07 às 14h00min, exceto sábados, domingos e feriados.

**Processo:** 0800244-96.2017.8.15.0941

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Assunto:** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA  
**PROCURADOR:** MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

---

**DESPACHO**

Considerando que o juiz é livre para nomear o perito de sua confiança, já que este, na medida em que não funciona como parte do processo, atua com a máxima cooperação no seu mister, passando a exercer a função de auxiliar da justiça, notadamente para a formação do provimento jurisdicional (REsp 1660378/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 9/06/2017), **SUBSTITUO O PERITO ANTERIORMENTE NOMEADO por Dr(a). Tiago Martins Formiga, médico ortopedista, CRM-PB 8085, devidamente cadastrado no sistema do TJPB.**

**Na mesma oportunidade, ficarão as partes intimado(a)(s) para oferecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, dos respectivos quesitos, com a apresentação de cópia do processo administrativo pertinente.**

**Realizar-se-á perícia em local, dia e horário que serão posteriormente informados pela secretaria deste Juízo. Informe-se a(o) médico(a) nomeado(a) que será paga a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica 015/2020, o qual foi firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça, onde restaram estabelecidos os parâmetros para a designação e pagamento dos peritos judiciais em feitos vinculados ao seguro**



obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT. Intimem-se o(a) perito(a) acerca da nomeação, devendo este(a) informar o local, data e hora de realização da perícia. Intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, indicarem os assistentes técnicos e formularem seus quesitos, caso não os tenham apresentado, bem como para tomarem ciência da data do exame pericial, devendo a seguradora providenciar o depósito dos honorários periciais no prazo de de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento deste comando judicial. Atente-se para o fato de que a perícia só se efetivará após o decurso do prazo de apresentação dos quesitos pelas partes, caso não os tenham apresentado. Intime-se o(a) promovente, pessoalmente e por meio do advogado habilitado, para comparecer, na data e local designados, portando exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a patologia noticiada na exordial. O perito deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, podendo elas comparecerem ao ato acompanhadas de assistente técnico. Juntado o laudo, intimem-se as partes para conhecimento, podendo falar em quinze dias. Notifique o representante do Ministério Público, caso haja a presença de incapaz.

Concluída a etapa processual do item anterior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar(em), de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirtam-se as partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes. Se houver a juntada de novos documentos, intime-se a parte adversa para sobre eles se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 437, § 1º). Se for requerida a produção de algum outro tipo de prova (ex: testemunhal, pericial, etc), tragam-me os autos conclusos para decisão. Se nada for requerido, tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA. Intimem-se as partes através do seu respectivo advogado.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

Água Branca/PB, (data da assinatura eletrônica).

**Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral**

*Juiz de Direito*

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**COMARCA DE ÁGUA BRANCA**

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves.

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100, Gualterina Alencar, Água Branca (PB), CEP 58.748-000.

Tel.: (83) 3481-1205 ou 3481-1206; WhastApp: (83) 99143-9380;

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br.

Processo nº 0800244-96.2017.8.15.0941

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Acidente de Trânsito]

**ATOS ORDINATÓRIOS E DE MERO EXPEDIENTE – PORTARIA Nº 01/2020-GJ - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA.**

Certifico para os devidos fins, com fulcro nas prescrições dos arts. 302 e seguintes do Código de Normas Judicial da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, bem como na Portaria Interna nº 01/2020-GJ e legislação correlata que, nesta data, por tratar-se de ato ordinatório e de mero expediente, sem carga decisória, por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta comarca, fica estabelecida a providência abaixo consignada:

(X) Intime-se as parte para comparecerem a Perícia determinada na decisão retro, no dia 19 de novembro de 2020, às 10h30, no Fórum da comarca de Água Branca.

O referido é verdade e dou fé.

Água Branca, 8 de novembro de 2020.





**ALEXANDRE BORBA BRITO**

**Servidor**



## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

14 de novembro de 2020

EMIDIO MARCULINO ANTUNES



Sucesso: Successfully created



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA

Fórum "Conselheiro Luiz Nunes Alves". Rua Projetada, s/n - Centro - Água Branca/PB, Tel. (83) 3481-1206 E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br

Whatsapp: (83) 99143-9380 - Atendimento das 07 às 14h00min, exceto sábados, domingos e feriados.

Rev. José Ferreira Marinho S/N.

Agua Branca.

Dir: 19/11/2020

H: 10:30 h.

Processo: 0800244-96.2017.8.15.0941

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA PROCURADOR: MARIA DAS GRACAS SOARES DA SILVA HENRIQUE

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Considerando que o juiz é livre para nomear o perito de sua confiança, já que este, na medida em que não funciona como parte do processo, atua com a máxima cooperação no seu mister, passando a exercer a função de auxiliar da justiça, notadamente para a formação do provimento jurisdicional (REsp 1660378/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 9/06/2017), **SUBSTITUO O PERITO ANTERIORMENTE NOMEADO por Dr(a). Tiago Martins Formiga, médico ortopedista, CRM-PB 8085, devidamente cadastrado no sistema do TJPB.**

**Na mesma oportunidade, ficarão as partes intimado(a)(s) para oferecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, dos respectivos quesitos, com a apresentação de cópia do processo administrativo pertinente.**

**Realizar-se-á perícia em local, dia e horário que serão posteriormente informados pela secretaria deste Juízo. Informe-se a(o) médico(a) nomeado(a) que será paga a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica 015/2020, o qual foi firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça, onde restaram estabelecidos os parâmetros para a designação e pagamento dos peritos judiciais em feitos vinculados ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT. Intimem-se o(a) perito(a) acerca da nomeação, devendo este(a) informar o local, data e hora de realização da perícia. Intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, indicarem os assistentes técnicos e formularem seus quesitos, caso não os tenham apresentado, bem como para tomarem ciência da data do exame pericial, devendo a seguradora providenciar o depósito dos honorários periciais no prazo de de 15 (quinze) dias**



úteis, a contar do recebimento deste comando judicial. Atente-se para o fato de que a perícia só se efetivará após o decurso do prazo de apresentação dos quesitos pelas partes, caso não os tenham apresentado. Intime-se o(a) promovente, pessoalmente e por meio do advogado habilitado, para comparecer, na data e local designados, portando exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a patologia noticiada na exordial. O perito deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, podendo elas comparecerem ao ato acompanhadas de assistente técnico. Juntado o laudo, intemem-se as partes para conhecimento, podendo falar em quinze dias. Notifique o representante do Ministério Público, caso haja a presença de incapaz.

Concluída a etapa processual do item anterior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar(em), de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirtam-se as partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes. Se houver a juntada de novos documentos, intime-se a parte adversa para sobre eles se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 437, § 1º). Se for requerida a produção de algum outro tipo de prova (ex: testemunhal, pericial, etc), tragam-me os autos conclusos para decisão. Se nada for requerido, tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA. Intimem-se as partes através do seu respectivo advogado.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

Água Branca/PB, (data da assinatura eletrônica).

**Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral**

Juiz de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Assinado eletronicamente por: MATHEWS FRANCISCO RODRIGUES DE  
SOUZA DO AMARAL  
04/11/2020 10:47:16  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 36324608



20110410471650700000034086793

imprimir

*Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral*  
11/11/20  
hs: 19:00

[tjpb.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=34086793&idProcessoDoc=36324...](http://tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=34086793&idProcessoDoc=36324...) 2/2



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

**Processo: 08002449620178150941**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 17 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



EM ANEXO






				Nº DA CONTA JUDICIAL 2100130050712	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 28/11/2020		AGÊNCIA (PREF / DV) 2714	
TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL					
DATA DA GUIA 27/11/2020		Nº DA GUIA 2662998		Nº DO PROCESSO 08002449620178150941	
TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA					
COMARCA AGUA BRANCA		ORGÃO/VARA VARA UNICA		DEPOSITANTE RÉU	
VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 50,00					
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica		CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA		TIPO DE PESSOA Física		CPF / CNPJ 71217093419	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA ED2027464CE9F069					
CÓDIGO DE BARRAS					







Nº DA CONTA JUDICIAL

3000125625083

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA	
0		24/03/2020		2714		ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TRIBUNAL			
23/03/2020		2662998		08002449620178150941		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
AGUA BRANCA		VARA UNICA		RÉU		200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
				Juridico			
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA				Fisica		71217093419	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
57DA188F3FC94C3D							
CÓDIGO DE BARRAS							





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

**Processo: 08002449620178150941**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

AGUA BRANCA, 1 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB



FAÇO JUNTADA DA PERÍCIA







**ESTADO DA PARAÍBA**

PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA

**LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL**

**PROCESSO: 0800244-96.2017.8.15.0941**

**AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM**

**AUTOR(A): EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA**

**PROMOVIDO: DPVAT**

**ESPECIALIDADE: PERÍCIA MÉDICA E ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

**Avaliação Médica**

**I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?**

Sim ☒ Não ☐ Prejudicado ☐

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

**II) Descrever o quadro clínico atual informando:**

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

**Resp. : MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**



b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**Resp. :** PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 13/12/2015 NA CIDADE DE ÁGUA BRANCA-PB, COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DO FÊMUR ESQUERDO. O MESMO APRESENTAVA DOR E DEFORMIDADE EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, RESGATADO E CONDUZIDO AO HOSPITAL DA CIDADE DE PATOS ONDE FOI DIAGNOSTICADO COM FRATURA DIAFISÁRIA DO FÊMUR ESQUERDO. REALIZADA TRAÇÃO TRANSESQUELÉTICA TIBIAL, APÓS 4 DIAS O MESMO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO COM REALIZAÇÃO DE REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO COM PLACA MAIS PARAFUSOS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E REALIZOU 20 SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.

**III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?**

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

**Resp.:** Não se aplica.

**IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:**

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

**Resp.:**

AO EXAME DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO: APRESENTA CICATRIZ EM FACE LATERAL DA COXA DE 35 CM, ATROFIA DA MUSCULATURA DA COXA EM 3,5 CM, PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SÍNTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, RETRAÇÃO DE PARTES MOLES EM 6 CM, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA DO JOELHO GRAU II, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA DO QUADRIL GRAU II, AFIRMA DIFICULDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO E SUBIR ESCADA, DIMINUIÇÃO DA ABDUÇÃO DO QUADRIL EM 25°, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO JOELHO EM 40°, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO QUADRIL EM 45°, LIMITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS.



**V)** Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

**VI)** Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:



**Segmento Anatômico**

**Marque aqui o percentual**

1ª Lesão

**MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☒

50% Média

☐

75% Intensa

2ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☒

50% Média

☐

75% Intensa



Local e data da realização do exame médico:

**ÁGUA BRANCA – PB , 19 DE NOVEMBRO DE 2020**

Tiago Martins Formiga

CRM 8085/ PB /Médico Perito



## SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS

Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) da Comarca de Água Branca - PB

Eu, Tiago Martins Formiga, médico, ortopedista, venho por meio desta, solicitar o pagamento dos honorários referente à perícia realizada do processo **Nº 0800244-96.2017.8.15.0941**, a que fui nomeado por Vossa Excelência.

Portanto, solicito que, os honorários referentes a esta perícia, sejam liberados em minha conta pessoa física, **CPF 051.447.734-27**, no **Banco do Brasil, agência 1619-5, conta corrente 25502-5**.

**João Pessoa - PB, 09.12.2020**

Tiago Martins Formiga

CRM-PB 8085 / Ortopedia e Traumatologia





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE ÁGUA BRANCA**

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100, Gualterina Alencar Vidal, Água Branca (PB), CEP: 58748-000.

Tel.: (83) 3481-1205 ou 3481-1206; WhatsApp: (83) 99143-9380;

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br.

PROCESSO Nº 0800244-96.2017.8.15.0941

CLASSE PROCESSUAL: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA PROCURADOR: MARIA DAS GRACAS  
SOARES DA SILVA HENRIQUE

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

Pelo presente expediente, que vai por mim devidamente assinado, **INTIMO** o(a) promovente, na pessoa de seu(ua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, falar sobre o laudo juntado nos autos (id. 37645192), bem como para especificar, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõe a custear e produzir, nos termos do(a) despacho/decisão (id. 35687864). Ademais, fica a parte advertida que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.

Água Branca (PB), 12 de janeiro de 2021.

CLAUDIVAN NUNES DIAS

Servidor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE ÁGUA BRANCA**

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves

Rua José Firmino de Oliveira, nº 100, Gualterina Alencar Vidal, Água Branca (PB), CEP: 58748-000.

Tel.: (83) 3481-1205 ou 3481-1206; WhatsApp: (83) 99143-9380;

E-mail: agb-vuni@tjpb.jus.br.

PROCESSO Nº 0800244-96.2017.8.15.0941

CLASSE PROCESSUAL: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: EVERTON GUILHERME SOARES DE SOUZA PROCURADOR: MARIA DAS GRACAS  
SOARES DA SILVA HENRIQUE

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **INTIMAÇÃO - PROMOVIDO**

Pelo presente expediente, que vai por mim devidamente assinado, **INTIMO** o(a) promovido(a), na pessoa de seu(ua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, falar sobre o laudo juntado nos autos (id. 37645192), bem como para especificar, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõe a custear e produzir, nos termos do(a) despacho/decisão (id. 35687864). Ademais, fica a parte advertida que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.

Água Branca (PB), 12 de janeiro de 2021.

CLAUDIVAN NUNES DIAS

Servidor

